

Citação sugerida: Drope, J., Oo, S., Lee, H., Dorokhina, M, Guerrero-López, C., Rodríguez-Iglesias G., Mugosa, A., Mirza, M., Bontu, A., & Chaloupka, F. (2024). Avaliação Comparativa de impostos sobre cigarros (3ª edição). Baltimore, MD: Escola Bloomberg de Saúde Pública, Universidade Johns Hopkins.
www.tobacconomics.org

Autores: este relatório foi elaborado principalmente pela equipe da Tobacconomics: Jeff Drope, PhD; Saw Min Thu Oo, MSc; Margaret Dorokhina, MPH; Carlos Guerrero, MSc; Germán Rodríguez-Iglesias, MSc; Ana Mugosa, PhD, Maryam Mirza, PhD; Anita Bontu, MPH; e Frank Chaloupka, PhD. Ex-membro da equipe Tobacconomics e atual pós-doutoranda da Universidade de Columbia, Hye Myung Lee, PhD, também é coautora.

Sobre a Tobacconomics: a Tobacconomics é uma colaboração entre os principais pesquisadores que estudam a economia da política de controle do tabaco há mais de 30 anos. Fundada pelo professor Frank Chaloupka, da Universidade de Illinois, Chicago, a equipe se dedica a ajudar pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas a terem acesso às melhores e mais recentes pesquisas sobre o que funciona – ou não – na redução do consumo de produtos não saudáveis e os impactos econômicos associados. Como programa baseado na Escola Bloomberg de Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins (JHU), a Tobacconomics não é ligada a qualquer fabricante de tabaco ou álcool. Acesse www.tobacconomics.org ou nos siga no Twitter www.twitter.com/tobacconomics.

Esta Avaliação Comparativa foi financiada pela Bloomberg Philanthropies. A Universidade Johns Hopkins é parceira da Iniciativa Bloomberg para Redução do Uso do Tabaco. As opiniões expressas neste documento não podem ser atribuídas nem representam as opiniões da JHU, da Escola Bloomberg de Saúde Pública ou da Bloomberg Philanthropies.

Para quaisquer comentários ou perguntas sobre esta Avaliação Comparativa, favor encaminhar um e-mail para info@tobacconomics.org.

Adoraríamos ouvir você.

Direito Autoral © 2024 por Tobacconomics. Todos os direitos reservados.

Design da Capa: Daniel Stolle

Design Interno e Formatação: Alamini Creative Group

Edição: Alisson C. Goldstein, MPH

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer a Itziar Belausteguigoitia, Johanna Birckmayer, Anne-Marie Perucic e Michelle Scollo por sua ajuda na obtenção de dados e/ou contribuições valiosas sobre a Avaliação Comparativa. Gostaríamos de agradecer também a Erika Siu, Violeta Vulovic e Mareda Lewer por seu trabalho em edições anteriores que subsidiam a presente edição.

Sumário

Prefácio	3
Resumo Executivo	6
O que há de novo nesta edição da Avaliação Comparativa?	7
I. Introdução	10
II. Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros - Pontuação Geral	14
III. Preço do Cigarro	19
IV. Mudança na Acessibilidade do Cigarro	22
V. Impacto dos Tributos no Preço	26
VI. Estrutura do Imposto Seletivo	30
VII. Limitações	34
VIII. Conclusões	35
Referências	36
Apêndices	38

Lista de Figuras

Figura 1. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2022	15
Figura 2. Mudanças na pontuação geral dos países, 2014–2022	18
Figura 3. Pontuação de preços de cigarros, 2022	20
Figura 4. Mudanças na pontuação de preços dos países, 2014–2022	21
Figura 5. Pontuação de mudança de acessibilidade, 2022	23
Figura 6. Mudanças na pontuação de mudança de acessibilidade dos países, 2014–2022	25
Figura 7. Pontuação de impacto dos tributos no preço, 2022	27
Figura 8. Mudanças na pontuação de impacto dos tributos no preço dos países, 2014–2022	29
Figura 9. Pontuação de estruturas tributárias, 2022	31
Figura 10. Mudanças na pontuação de estruturas tributárias dos países, 2014–2022	33

Lista de Tabelas

Tabela 1. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2022	16
Tabela 2. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, em âmbito global e por região da OMS, 2022	17
Tabela 3. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022	17
Tabela 4. Preço médio do cigarro (\$Intl PPC) e pontuação média do preço, em âmbito global e por região da OMS, 2022	20
Tabela 5. Preço médio do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação média do preço, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022	20
Tabela 6. Mudança na média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudança de acessibilidade, em âmbito global e por região da OMS, 2022	24
Tabela 7. Mudança na média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudança de acessibilidade, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022	24
Tabela 8. Média total de impacto dos tributos no preço, impacto do imposto seletivo, e pontuação do impacto dos tributos no preço, em âmbito global e por região da OMS, 2022	27
Tabela 9. Média total de impacto dos tributos no preço, impacto do imposto seletivo e pontuação do impacto dos tributos no preço, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022	28
Tabela 10. Pontuação média da estrutura tributária, em âmbito global e por região da OMS, 2022	32
Tabela 11. Pontuação média da estrutura tributária, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022	32
Tabela 1 do Apêndice. Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2022	38
Tabela 2 do Apêndice. Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2022	41
Tabela 3 do Apêndice. Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022	46
Tabela 4 do Apêndice. Pontuações atualizadas desde 2020	51



Em 2019, a Força-Tarefa de Alto Nível de Política Fiscal de Saúde

reconheceu o tabaco como uma das principais ameaças à saúde pública no mundo e convocou todos os países a aumentarem os impostos sobre o tabaco para salvar vidas e aumentar as receitas tributárias para investir em objetivos da sociedade. A estimativa é que impostos mais elevados, que aumentassem os preços em 50%, poderiam evitar mais de 27 milhões de mortes prematuras, ao mesmo tempo em que angariariam mais de 3 trilhões de dólares em receitas adicionais em todo o mundo durante os próximos 50 anos.

Infelizmente, não estamos progredindo nessa agenda. Como esta 3ª edição da Avaliação Comparativa de Impostos Sobre Cigarros demonstra, os avanços em relação aos impostos sobre o tabaco estão estagnados desde 2019. O aumento da inflação pós-COVID enfraqueceu ainda mais o impacto dos impostos existentes e, em muitos países, os cigarros agora são mais acessíveis do que antes. O resultado é que ainda existem mais de um bilhão de fumantes em todo o mundo. Milhões de vidas estão sendo perdidas desnecessariamente devido a essa inércia política coletiva global.

Os formuladores de políticas, a sociedade civil e a comunidade acadêmica devem trabalhar em conjunto para retomar o ritmo, combater a oposição imposta pela indústria e implementar políticas essenciais de controle do tabaco. Impostos sobre o tabaco continuam sendo uma das medidas de saúde pública mais importantes e custo-efetivas e é essencial que iniciativas como a Avaliação Comparativa continuem monitorando os nossos avanços coletivos.

Masood Ahmed

Presidente

Centro para o Desenvolvimento Global



A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS

(CQCT-OMS), que entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005, possui 183 Partes e é um tratado com base em evidências desenvolvido em resposta à preocupação da comunidade internacional com as devastadoras consequências sociais, econômicas, ambientais e sanitárias, em nível mundial, do consumo de tabaco e exposição à sua fumaça. O Artigo 6 do tratado reconhece que políticas de preços e impostos são um meio eficaz e importante de reduzir o consumo de tabaco.

As Partes também negociaram e adotaram diretrizes para a implementação do Artigo 6 da CQCT da OMS para ajudá-las a cumprir os objetivos e obrigações das disposições presentes neste artigo. Tais diretrizes reconhecem que impostos eficazes sobre produtos de tabaco são desejáveis, pois geram preços mais elevados ao consumidor e reduzem o consumo e a prevalência, diminuindo assim a mortalidade e a morbidade e melhorando a saúde da população. Além disso, é fato bem conhecido que o uso de tabaco cria um fardo econômico considerável para a sociedade em geral. Juntos, os aumentos dos custos diretos e indiretos, associados à perda de produtividade, incapacidade prematura e morte devido a doenças relacionadas ao tabaco - geram todo o impacto negativo do uso de tabaco. Impostos eficazes sobre o tabaco não só reduzem esses impactos negativos por meio da redução do consumo e da prevalência, mas também contribuem para a redução de despesas governamentais relacionadas aos custos de atendimento médico associados ao consumo de tabaco. Ao mesmo tempo, esses impostos proporcionam um fluxo de receitas extremamente necessário para muitos países financiarem atividades de desenvolvimento.

De fato, é evidente que o Artigo 6 da CQCT da OMS constitui um pilar fundamental da estratégia de controle de tabaco em todos os países.

A atual edição da Avaliação Comparativa mostra que a pontuação geral de desempenho fiscal caiu consideravelmente em relação à última edição (depois de melhorar de 2018 para 2020). Isso se deve principalmente pelo fato de os governos não aumentarem os impostos o suficiente para tornar os cigarros menos acessíveis. Muitos países também não fazem ajustes anuais para acompanhar a inflação. Outra questão é que um número substancial de governos ainda não possui estruturas fiscais ideais (estruturas multiníveis e/ou dependência de impostos ad valorem), o que deixa bastante margem para a venda de cigarros baratos.

Claramente, há uma necessidade urgente de reforçar a implementação do Artigo 6 da Convenção, sobretudo porque esta é considerada uma prioridade na Estratégia Global para Acelerar o Controle do Tabaco 2019-2030.

As Partes da CQCT da OMS também adotaram o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, que entrou em vigor em 2018 e conta agora com 68 Partes. O Protocolo fornece orientações inestimáveis para a gestão, controle e fiscalização dos impostos sobre o tabaco.

Dra. Adriana Blanco Marquizo

Chefe do Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS



Chegou a hora de Ministérios da Fazenda e da Saúde trabalharem juntos para tirar a reforma tributária do tabaco do papel. Os custos econômicos e sociais do uso do tabaco são inaceitavelmente elevados. É fato: os impostos sobre o tabaco são a ferramenta mais eficaz à disposição dos governos para frear a pandemia do tabagismo e, a curto prazo, aumentar receitas para financiar despesas governamentais, incluindo serviços de saúde. A necessidade de uma reforma tributária reforçada para o tabaco é clara, não é mesmo?

Muitos países implementaram políticas fiscais sobre o tabaco (com diferentes graus de sucesso) com base nas diretrizes de concepção fiscal fornecidas pela Organização Mundial de Saúde. Apesar disso, as reformas fiscais de tributos sobre o tabaco têm sido insuficientes para reverter a situação do uso do tabaco e sua epidemia de doenças associadas, conforme ilustrado pela nova edição da Avaliação Comparativa.

Cigarros não se tornaram menos acessíveis e a eficácia dos impostos sobre o consumo do tabaco está gradualmente evaporando. Por quê? Porque os impostos sobre o tabaco são muitas vezes concebidos sem considerar fatores como a inflação, o crescimento real da renda, a capacidade de administração fiscal e as reações estratégicas da indústria do tabaco aos aumentos desses impostos. Para reverter essa tendência descendente, os governos precisam responder à demanda da Avaliação Comparativa por uma reforma tributária do tabaco coerente e ambiciosa em âmbito nacional, regional e internacional. Realmente não há motivo para esperar!

Bert Brys

Economista Tributarista Sênior

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Resumo Executivo

Durante a pandemia de COVID-19, havia grande esperança de que os governos renovassem e intensificassem seu interesse pela saúde pública. Na sua maioria, essas aspirações não se concretizaram.

Especificamente entre os defensores da tributação do tabaco como ferramenta de saúde pública para reduzir o consumo – amplamente reconhecida como uma das melhores opções na nossa caixa de ferramentas de saúde pública – havia otimismo de que seria um momento decisivo e que os governos reconheceriam a enorme utilidade dessa intervenção e a implementariam de maneira ampla. Afinal de contas, no início da pandemia havia evidências de que fumantes desenvolviam quadros mais graves da doença. Além disso, o choque econômico da pandemia fez com que a maioria dos governos gastasse muito mais do que o habitual, ao mesmo tempo que enfrentavam quedas significativas nas receitas fiscais.

As modestas melhorias documentadas na edição anterior (a segunda) da Avaliação Comparativa de Impostos Sobre Cigarros da Tobacconomics - lançada mais de um ano após o início da pandemia - não refletiu inteiramente essa urgência. Infelizmente, as novidades desta terceira edição da Avaliação Comparativa são ainda piores: as pontuações globais caíram em todas as regiões. Os avanços logrados pelos governos foram insuficientes para lidar com o uso do tabaco, que é a principal causa de mortes evitáveis no mundo, embora o instrumento mais eficaz – o aumento da tributação do tabaco – pudesse salvar milhões de vidas e aumentar as receitas governamentais, que poderiam, então, ser prontamente alocadas para políticas de saúde e para aumentar a prosperidade. A última Avaliação Comparativa demonstrou que a pontuação média global de impostos sobre cigarro tinha aumentado modestamente, de 1,89 (de 5,00) em 2014 para 2,25 em 2020, mas esta edição mostra que ela voltou a cair em 2022, para 1,99. A mudança mais considerável nos resultados de 2022 foi o aumento dramático do número de países onde a acessibilidade dos cigarros não mudou - ou pior, onde esses produtos vêm se tornando mais acessíveis.

Pesquisas recentes apresentam fortes evidências de que o tratado que sustenta o controle do tabaco no mundo, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial da Saúde (OMS), tem ajudado a reduzir a prevalência, especialmente ao diminuir a iniciação dos jovens (Paraje et al., 2024). O tratado promove muitas medidas baseadas em evidências e não relacionadas ao preço para reduzir o consumo de tabaco, mas o Artigo 6, que obriga as Partes a utilizar políticas de preços e impostos para reduzir a procura por produtos de tabaco, em especial entre os jovens, visando evitar a iniciação (OMS, 2003), continua sendo um dos pilares do tratado. As Diretrizes sobre o Artigo 6, desenvolvidas e adotadas pela Conferência das Partes, baseiam-se em evidências, boas práticas e experiências de implementação de políticas de preços e impostos para reduzir o consumo de tabaco (OMS, 2014). As evidências mostram inequivocamente que quando os países aumentam os impostos sobre o tabaco, o consumo diminui (Ngo et al., 2023).

De acordo com a OMS, aproximadamente um bilhão de pessoas vive em países que seguem o valor de referência mínimo da OMS para a tributação do tabaco, onde os tributos correspondem a mais de 75% do preço total de varejo (OMS, 2023). Isso representa cerca de 12% da população mundial, enquanto os outros mais de sete bilhões de pessoas vivem em países onde os impostos sobre o tabaco não são suficientes para salvar vidas e gerar novas receitas fiscais tão necessárias. Esse fracasso generalizado em cumprir o valor de

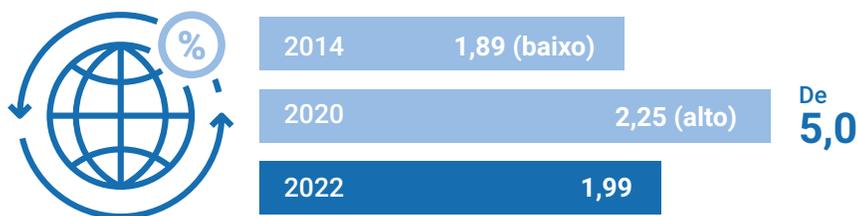
referência mínimo da OMS representa um grande gargalo quando se trata de alcançar todo o potencial do primeiro tratado de saúde pública do mundo para reduzir o consumo de tabaco. Existe uma clara disparidade entre o que os governos concordaram em fazer e o que implementaram. Os argumentos técnicos dessa intervenção estão extremamente bem documentados, mas a vontade política entre os governos e outras partes interessadas importantes fica muito aquém. Se os governos não conseguirem responder à epidemia de tabaco, o custo será de centenas de milhões de vidas nas próximas décadas (Dai et al., 2022).

A economia global tem sido imprevisível nos últimos cinco anos. Em 2020, ela contraiu em mais de 3% devido à pandemia da COVID-19, mas se recuperou em pouco mais de 6% em 2021, continuando a crescer pouco acima dos 3% em 2022 e 2023 (FMI, 2024). Ao longo desse período de instabilidade, as quatro maiores empresas multinacionais de tabaco continuaram registrando lucros consistentemente elevados (Chaloupka, et al., 2021). Embora o número absoluto de cigarros vendidos pareça estar caindo (Drope et al., 2022), de modo geral a indústria do tabaco manteve ou aumentou os lucros por meio do aumento dos preços dos cigarros em alguns países, exceto - e mais notavelmente - em países de baixa renda, onde a indústria busca expandir seu mercado (Sheikh et al., 2023), com óbvias implicações negativas para a equidade em matéria de saúde global.

O contexto atual apresenta uma oportunidade para adotar ações urgentes. Em vez de permitir que as empresas de tabaco obtenham lucros adicionais por meio dos seus próprios aumentos de preços, onerando consideravelmente os sistemas públicos de saúde, os governos deveriam incentivar a elevação do preço do cigarro por meio de aumentos substanciais e regulares nos impostos sobre o tabaco (Mirza, 2019). Essas receitas fiscais adicionais poderiam, então, ser utilizadas para enfrentar os desafios econômicos e de saúde do futuro.

O que há de novo nesta terceira edição da Avaliação Comparativa?

Esta terceira edição da Avaliação Comparativa mostra que muitos países estagnaram, ou até reverteram, os avanços em matéria de impostos sobre o tabaco, e que as pontuações médias globais estão em queda. Entre 2014 e 2020, a pontuação média global aumentou modestamente, de 1,89 (de 5,00) para 2,25, mas em 2022 caiu novamente para 1,99.



Entre 2020 e 2022, as pontuações gerais melhoraram em apenas 31 países (abaixo dos 67 de 2018 a 2020). Ao mesmo tempo, as pontuações pioraram em 76 países entre 2020 e 2022, contra 37 entre 2018 e 2020. A pontuação geral permaneceu a mesma em 55 países de 2020 a 2022, em comparação a 64 países entre 2018 e 2020.



Apenas 68 dos 170
países para os quais existem
dados disponíveis obtiveram
pontuações de 2,50 ou mais de um
total de cinco pontos, abaixo da
marca de 77
países em 2020.



Desde a segunda edição da Avaliação Comparativa, as pontuações gerais médias diminuíram de 2020 a 2022 em todas as regiões da OMS, com a África apresentando a menor queda. Entre os grupos de renda dos países do Banco Mundial, apenas a pontuação média dos países de baixa renda demonstrou ligeira melhora, de 0,08 pontos, enquanto os outros três grupos apresentaram quedas significativas, sobretudo o grupo de países de alta renda.

Esta edição continua a utilizar o mesmo padrão, atribuindo aos países uma pontuação de 0 a 5 – sendo 5,00 a melhor pontuação possível – em cada um dos quatro componentes a seguir: preço do cigarro, mudança na acessibilidade do cigarro, impacto dos

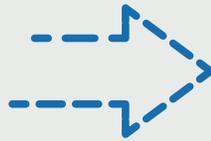
tributos no preço e estrutura do imposto seletivo. A média das pontuações de cada um desses quatro componentes é, então, calculada para gerar a pontuação geral de cada país.

Além das tendências gerais de pontuação destacadas acima, as pontuações médias dos componentes também revelam que:



A pontuação média referente à mudança de acessibilidade caiu em todas as regiões.

Os resultados mostram que a variação percentual média anual da acessibilidade diminuiu em todas as regiões. Em média, os cigarros estão cada vez mais acessíveis em uma região específica: a Europa. Nas outras regiões, o ritmo com que os cigarros se tornam menos acessíveis caiu expressivamente.



A pontuação da estrutura tributária quase não mudou nas três edições da Avaliação Comparativa.

Embora tenhamos visto vários países darem um passo importante e reformar estruturas problemáticas, muitos governos mantêm sistemas complexos multiníveis e/ou que dependem apenas de impostos ad valorem, sendo que ambos permitem a venda de marcas muito baratas, o que prejudica enormemente qualquer aumento de impostos.



Em geral, os preços dos cigarros diminuíram nesta edição, depois de terem aumentado em muitos países na edição anterior (a segunda).

As evidências mostram claramente que, na maioria dos países, os governos não conseguem aumentar suficientemente os impostos e, por isso, os preços não aumentam, com efeitos danosos para a saúde pública e fiscal. Isso é especialmente preocupante porque os jovens são muito sensíveis aos preços e têm maior probabilidade de começar a fumar quando os preços são mais baixos.

Em 2022, apenas dois países – França e Ilhas Maurício – obtiveram pontuações superiores a quatro pontos de cinco. Nenhum deles pontuou acima de quatro na edição anterior. Em 2020, cinco países receberam pontuações superiores a quatro: Austrália, Botsuana, Equador, Nova Zelândia e Seicheles. Nesta edição, no entanto, todos esses cinco países ficaram abaixo da pontuação de quatro, com a queda motivada quase que exclusivamente por reduções nas pontuações referentes à mudança de acessibilidade dos países. Na última edição, cada um desses cinco países obteve bons resultados nas pontuações dos componentes, e é muito importante destacar como os governos tinham se ajustado à inflação e implementado aumentos regulares e significativos nos impostos sobre os cigarros para reduzir a acessibilidade do produto. Nos últimos dois anos, contudo, esses e muitos outros governos não conseguiram manter os aumentos de impostos em um ritmo suficiente e, por isso, os cigarros não estão ficando menos acessíveis.

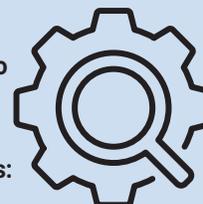
Dados mais recentes mostram que o progresso global na tributação do tabaco é, na melhor das hipóteses, desigual e, na pior, altamente decepcionante. Muitos governos ainda não conseguem empregar, de forma eficaz, impostos sobre o tabaco como instrumento de saúde pública. O Artigo 6 da CQCT reflete o consenso quase global de que os impostos sobre o tabaco têm uma intenção muito mais ampla – aumentar o preço dos produtos de tabaco para que sejam menos acessíveis e, em última análise, reduzir o consumo mundial de tabaco. Passadas mais de duas décadas da adoção da CQCT, ainda existem desafios em relação aos compromissos dos governos de aumentar os impostos seletivos dos produtos de tabaco. Esperamos que esta terceira edição da Avaliação Comparativa de Impostos Sobre Cigarros da Tobacconomics motive as Partes a reforçarem seu compromisso com o Artigo 6 e também a tributação do tabaco como uma ferramenta de saúde pública, e que os países não-Partes reconheçam o enorme potencial fiscal e de saúde pública dessa intervenção.

I Introdução

A Avaliação Comparativa avalia o desempenho da política fiscal sobre cigarros em 170 países por meio de um sistema de classificação simples e transparente. A Avaliação Comparativa foi criada para avaliar e subsidiar políticas tributárias sobre cigarros, indicando áreas específicas de melhoria na política fiscal de cada país.

Esta terceira edição da Avaliação Comparativa de Impostos Sobre Cigarros da Tobacconomics combina os dados fiscais sobre tabaco recentemente divulgados no relatório bienal da OMS sobre a Epidemia Global do Tabaco, 2023 (RGTE), com outros dados macroeconômicos importantes para avaliar as políticas fiscais dos países sobre cigarros. O objetivo é identificar se as políticas fiscais dos governos são consistentes com as boas práticas internacionais amplamente aceitas, elaboradas nas Diretrizes do Artigo 6 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS (CQCT), no Manual Técnico da OMS de 2021 sobre Política e Administração Tributária do Tabaco, na Monografia 21 da OMS-NCI: A Economia e o Controle do Tabaco, nos relatórios do Banco Mundial sobre a Reforma Tributária do Tabaco e a Epidemia do Tabagismo e em outras pesquisas seminais sobre a tributação eficaz do tabaco.

Orientações extensas sobre as boas práticas tributárias em matéria de tabaco foram desenvolvidas pelas Partes da CQCT, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Banco Mundial e por pesquisadores do mundo inteiro. Esta Avaliação Comparativa avalia as políticas fiscais nacionais impostas sobre os cigarros no que diz respeito à sua consistência com as seguintes fontes de boas práticas na tributação dos cigarros:



Diretrizes do Artigo 6 da CQCT da OMS:

A CQCT da OMS, o primeiro tratado de saúde pública do mundo sob os auspícios da OMS, entrou em vigor em fevereiro de 2005. Atualmente, o tratado possui 183 Partes, abrangendo mais de 90% da população global. O Artigo 6 do tratado obriga as Partes a utilizarem políticas de preços e impostos para reduzir a procura por produtos de tabaco, especialmente entre os jovens (OMS, 2003), ao mesmo tempo que reconhece a soberania tributária. A Conferência das Partes adotou Diretrizes para o Artigo 6 com base em décadas de evidências rigorosas, boas práticas amplamente aceitas e testadas e experiências das Partes que implementaram políticas de preços e impostos com êxito para reduzir o consumo de tabaco (OMS, 2014).

Manual Técnico da OMS sobre Política e Administração Tributária do Tabaco (2021):

Este manual técnico detalha as boas práticas para informar governos sobre o desenvolvimento de suas políticas fiscais para o tabaco, facilitando a realização de seus objetivos de saúde e receitas e, ao mesmo tempo, promovendo estratégias de desenvolvimento mais amplas. O manual traz orientações sobre os passos necessários para criar e implementar políticas de tributação sobre o tabaco mais fortes em países específicos, fornece exemplos recentes e ilustrativos de uma variedade de países e regiões e inclui conselhos práticos sobre como direcionar o processo político e gerar o apoio certo para a mudança da política fiscal (OMS, 2021). A Avaliação Comparativa também se baseia na primeira edição do manual, que enfatizou especificamente o papel crítico dos impostos seletivos, destacando em especial que eles alteram o preço dos produtos de tabaco em relação a outras mercadorias, diferente dos impostos mais gerais (OMS, 2010).

Relatórios do Banco Mundial sobre a Reforma Tributária do Tabaco (2017) e a Epidemia do Tabagismo (1999):

Estes relatórios examinam questões econômicas e opções de políticas de tributação do tabaco e outras medidas de controle e analisam as tendências globais de uso do tabaco, avaliando as consequências do controle do tabaco na saúde, nas economias e nas pessoas. Os dois relatórios se baseiam em evidências globais existentes, especialmente de países de renda baixa e média (Banco Mundial, 2017; Jha & Chaloupka, 1999).

Monografia 21 da OMS-NCI: A Economia e o Controle do Tabaco (2018):

A Monografia examina sistematicamente a extensa pesquisa global e a base de evidências em torno da economia do controle do tabaco (NCI e OMS, 2018). O Capítulo 4 da Monografia discute modelos de demanda por produtos de tabaco, evidências do impacto de impostos e preços sobre a demanda desses produtos e o efeito de fatores como idade e gênero na sensibilidade a mudanças no preço. O Capítulo 5 da Monografia analisa evidências sobre a concepção e administração dos impostos sobre o tabaco.

Em grande parte, a Avaliação Comparativa deriva as pontuações dos dados de apêndices relacionados a impostos/preços do RGTE, que apresentam dados de 2022. O relatório monitora a situação da epidemia do tabaco e as intervenções governamentais mais eficazes e custo-efetivas - algumas medidas são relacionadas ao preço e outras, não - para reduzir o consumo de tabaco. Pontuações comparáveis foram elaboradas para 2020, 2018, 2016 e 2014 usando dados do RGTE de 2021, 2019, 2017 e 2015, respectivamente, para avaliar as mudanças ao longo do tempo nos sistemas tributários sobre cigarros.

A Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros avalia os sistemas tributários nacionais relacionados aos cigarros no que diz respeito à sua consistência com as quatro boas práticas estabelecidas para a tributação do produto, por meio do sistema de classificação de cinco pontos descrito abaixo:



COMPONENTE 1 Preço do Cigarro

O preço é um fator determinante no uso do tabaco. Embora preços mais altos reduzam o consumo, o preço dos cigarros é relativamente inelástico, ou seja, o aumento do preço resultará em uma queda menos do que proporcional no consumo. Portanto, o preço deve ser alto o bastante para reduzir suficientemente o consumo e gerar benefícios claros para a saúde pública. Qualquer métrica que compare os preços entre países deve levar em conta o poder de compra dos consumidores – consequentemente, aqui são usados preços ajustados pela paridade do poder de compra (PPC). A pontuação mais alta é atribuída a preços ajustados pela PPC de dez dólares internacionais ou mais em 2018¹, corrigidos pela inflação, para um maço de 20 cigarros da marca mais vendida. Isso é baseado na distribuição de preços entre países e ao longo do tempo, bem como no limite a partir do qual os especialistas observam efeitos negativos consideráveis sobre o consumo.



COMPONENTE 2 Mudanças na Acessibilidade do Cigarro

Além do preço, a renda também afeta a demanda. Um rápido crescimento econômico que gere aumentos na renda pode compensar os aumentos de impostos e preços, limitando seu impacto sobre o consumo. Um conjunto de evidências empíricas cada vez maior demonstra que o aumento da acessibilidade dos cigarros eleva o consumo, mas a diminuição da acessibilidade reduz o consumo. Portanto, os aumentos dos impostos e dos preços dos cigarros devem ser altos o suficiente para reduzir a acessibilidade do cigarro e afetar negativamente seu consumo. A Avaliação Comparativa atribui a pontuação mais alta para uma mudança média anual em acessibilidade estatisticamente significativa - de 7,5% ou mais - entre 2016 e 2022 que seja resultado de pelo menos um aumento de imposto seletivo durante esse período (ao invés do resultado de mudanças em outros fatores macroeconômicos ou esquema de preços da indústria). Conforme as duas edições anteriores, esta edição da Avaliação Comparativa utiliza uma janela de seis anos – em vez de apenas um ou dois anos - para captar melhor a estabilidade dessas mudanças.



COMPONENTE 3 Impactos dos tributos nos preços

O impacto do tributo no preço indica a porcentagem do preço de varejo que corresponde a impostos, que deve ser alta o suficiente para reduzir o uso do tabaco e possibilitar que os governos obtenham receitas com o aumento dos preços. Se o aumento de preço for resultado de um incremento de valor feito pela indústria, as receitas irão para a indústria do tabaco, a despeito da queda do consumo. Este componente da Avaliação Comparativa atribui a pontuação mais alta para uma porcentagem de 70% ou mais considerando impostos seletivos e para uma porcentagem de 75% ou mais considerando impostos em geral. A média das pontuações separadas é, então, calculada, gerando assim uma pontuação única. Impostos seletivos têm maior probabilidade de alterar os preços relativos dos cigarros e de outros produtos e, portanto, são particularmente importantes. Contudo, como alguns países possuem estruturas muito complexas, em que outros impostos constituem parte significativa do preço, é importante considerar todos os impostos no preço de varejo.



COMPONENTE 4 Estrutura Tributária

Estruturas tributárias adequadas são fundamentais para garantir que os aumentos de impostos reduzam o consumo de tabaco e aumentem as receitas do governo. A Avaliação Comparativa atribui a pontuação mais alta para: (1) um imposto seletivo uniforme, que é reajustado automaticamente (normalmente pela inflação, mas às vezes de outras formas substanciais); ou (2) um imposto misto de consumo específico, com uma alíquota maior para o componente específico, além de um imposto mínimo, um reajuste automático para o componente do imposto específico e o uso do preço de varejo como base para o componente tributário ad valorem.

¹ A Avaliação Comparativa utiliza 2018 como ano de referência, visto que esses foram os dados da primeira edição e manter a consistência com os valores de 2018 possibilita comparações mais significativas ao longo do tempo.

A Avaliação Comparativa visa proporcionar uma abordagem abrangente, transparente, objetiva e simples para avaliar a força dos sistemas tributários sobre os cigarros no âmbito global. Por utilizar os quatro componentes descritos acima, a Avaliação reconhece que um único indicador seria insuficiente. O indicador mais amplamente usado - a parcela dos preços de cigarros no varejo que correspondem a impostos - captura um aspecto dos impostos sobre cigarros, mas os países podem ter alíquotas altas e, mesmo assim, continuar tendo cigarros a preços baixos, aumentando a acessibilidade do produto. Além disso, a parcela dos tributos no preço não captura os pontos fortes e fracos das estruturas tributárias dos países. Por exemplo, estruturas tributárias debilitadas criam maior variabilidade nos preços do cigarro e possibilitam que os fumantes escolham marcas mais baratas quando os impostos aumentam, o que limita os benefícios para a saúde e as receitas decorrentes dos impostos mais elevados.

Por fim, em cada edição os autores da Avaliação Comparativa consideram as últimas descobertas da literatura. Existem pesquisas contínuas sobre os efeitos dos impostos sobre o tabaco em nível mundial, mas especialmente em países de renda baixa e média, onde a indústria do tabaco concentra seus esforços para aumentar o tamanho do mercado. Estudos sobre a importância da estrutura tributária e acessibilidade avançaram de forma significativa desde a publicação desses trabalhos seminais. Além disso, existem trabalhos acadêmicos sobre os argumentos comuns utilizados pela indústria do tabaco contra o aumento dos impostos, como os efeitos que isso gera sobre os empregos, a possível regressividade e o comércio ilícito. Veja Drope e Powell (2024) para uma revisão narrativa da literatura mais recente.

Roteiro da Avaliação Comparativa

Esta Avaliação Comparativa descreve os resultados gerais das pontuações, as mudanças ao longo do tempo e a pontuação em cada um dos quatro componentes. Os apêndices apresentam as pontuações gerais por país por classificação, em ordem alfabética, por cada componente de classificação e por todos os anos, para ilustrar as mudanças nas pontuações ao longo do tempo. Os dados apresentados por região refletem os seis agrupamentos regionais definidos pela OMS (região africana - AFR; região das Américas - AMR; região do Mediterrâneo Oriental - EMR; região europeia - EUR; região do Sudeste Asiático - SEAR; e região do Pacífico Ocidental - WPR), enquanto os dados apresentados por nível de renda refletem as categorias de renda definidas pelo Banco Mundial (correspondendo ao ano dos dados de preço da OMS do RGTE). A Avaliação Comparativa, em conjunto com as Notas dos Componentes da Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros, mapas interativos e resumos específicos de países e regiões selecionados, bem como um conjunto completo de slides em PowerPoint com a pontuação de cada país, estão disponíveis no site da Tobacconomics, em

www.tobacconomics.org. Vale observar que várias das principais fontes de dados aqui utilizadas atualizam seus dados regularmente, incluindo preços e vários indicadores macroeconômicos importantes. Assim, ao rever ou utilizar pontuações mais antigas, é fundamental utilizar as pontuações da edição mais recente da Avaliação Comparativa, pois elas são mais precisas quando os dados utilizados são os mais atualizados disponíveis.



Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros - Pontuação Geral

As pontuações gerais dos impostos sobre cigarros em 2022 são apresentadas na Figura 1 e na Tabela 1 para os 170 países com dados disponíveis sobre cada um dos quatro componentes. Esta pontuação geral é construída como a média simples das pontuações de cada um dos quatro componentes-chave: preço do cigarro, mudança na acessibilidade do cigarro, impacto dos tributos nos preços de cigarros e estrutura tributária do cigarro. A pontuação geral pode variar de zero, para os países com pontuação zero em todos os componentes, a cinco, para os países que recebem a pontuação mais alta em todos os componentes. As pontuações de cada um dos quatro componentes são discutidas abaixo.



Ao utilizar os dados de 2022, observamos que apenas dois países receberam pontuações gerais acima de quatro – França e Ilhas Maurício – o que representa uma diminuição e já não inclui nenhum dos cinco países que receberam pontuações acima de 4,0 em 2020. As pontuações mais elevadas desses países são motivadas pelos seus preços absolutos altos (pontuação = 5) e pelas parcelas dos tributos no preço (pontuação = 4,5). Ambos os países ficam um pouco aquém em estrutura tributária. As Ilhas Maurício utilizam um imposto seletivo uniforme, mas sem reajustes regulares. Sem esses reajustes, no mínimo com base na inflação, existe uma maior probabilidade de os preços não continuarem a subir, tornando os produtos mais acessíveis. A França utiliza uma estrutura tributária mista, mas depende mais do imposto ad valorem do que do imposto seletivo. Felizmente, o componente específico aumenta anualmente e isso tem ajudado a manter os preços e as alíquotas tributárias altos. O desempenho de ambos os países no componente de mudança na acessibilidade é melhor do que a da maioria dos países, mas ainda não atinge a pontuação mais elevada de 5,0, que reflete em uma queda anual de pelo menos 7,5% na acessibilidade.

Os cinco países com pontuações mais elevadas em 2020 ficaram com pontuação geral abaixo de quatro em 2022: Austrália, Botsuana, Equador, Nova Zelândia e Seicheles. A principal razão pela qual as pontuações desses países caíram foi o fato de suas alíquotas tributárias não tornarem os produtos de tabaco menos acessíveis. Não houve qualquer mudança estatisticamente significativa na acessibilidade em nenhum dos casos nos últimos seis anos. Vários desses países fizeram um excelente trabalho no passado, aumentando regularmente os impostos acima da inflação e do crescimento, porém recentemente diminuíram o ritmo ou pararam por completo de fazê-lo, e isso se reflete em suas pontuações gerais e de acessibilidade. Fora isso, esses países têm fundamentos sólidos, incluindo sistemas específicos uniformes com algum mecanismo de reajuste anual. Contudo, eles devem realmente considerar a institucionalização de aumentos regulares acima da inflação, com o objetivo muito específico de tornar os produtos do tabaco menos acessíveis para melhorar mais uma vez as suas pontuações.

No outro extremo, o Iraque recebeu pontuação zero novamente em 2022, refletindo a falta de imposto seletivo sobre o cigarro e outros impostos mínimos, resultando em cigarros muito baratos². O Irã, o Kuwait, o Laos, a Líbia e as Ilhas Marshall apresentam um desempenho apenas marginalmente melhor, com pontuações gerais de 0,25 em 2022. Quatro desses cinco países obtiveram pontuação zero na estrutura tributária. Portanto, eles têm muito trabalho a fazer na implementação de estruturas tributárias básicas, sem contar em relação à adoção de outras boas práticas. Dos 170 países incluídos na Avaliação Comparativa, oito informaram não ter nenhum imposto seletivo para cigarros: Antígua e Barbuda, Cuba, Coreia do Norte, Iraque, Líbano, Maldivas, Estados Federados da Micronésia e Nauru.

² É importante ressaltar que o Iraque passou por situações de emergência complexas no passado recente, o que a 8ª Conferência das Partes da CQCT reconheceu na decisão por consenso FCTC/COP8(20) reforçando que o controle do tabaco não deve ser ignorado, independentemente do local, visto que as evidências apresentam fortes indícios de que a indústria do tabaco trabalha agressivamente para aumentar o consumo em todos os países.

Apenas três países melhoraram suas pontuações em mais de um quesito: Quênia (0,875 a 2,5), da região africana, e Japão (2,25 a 3,5) e Tuvalu (0,857 a 2,625), da região do Pacífico Ocidental.

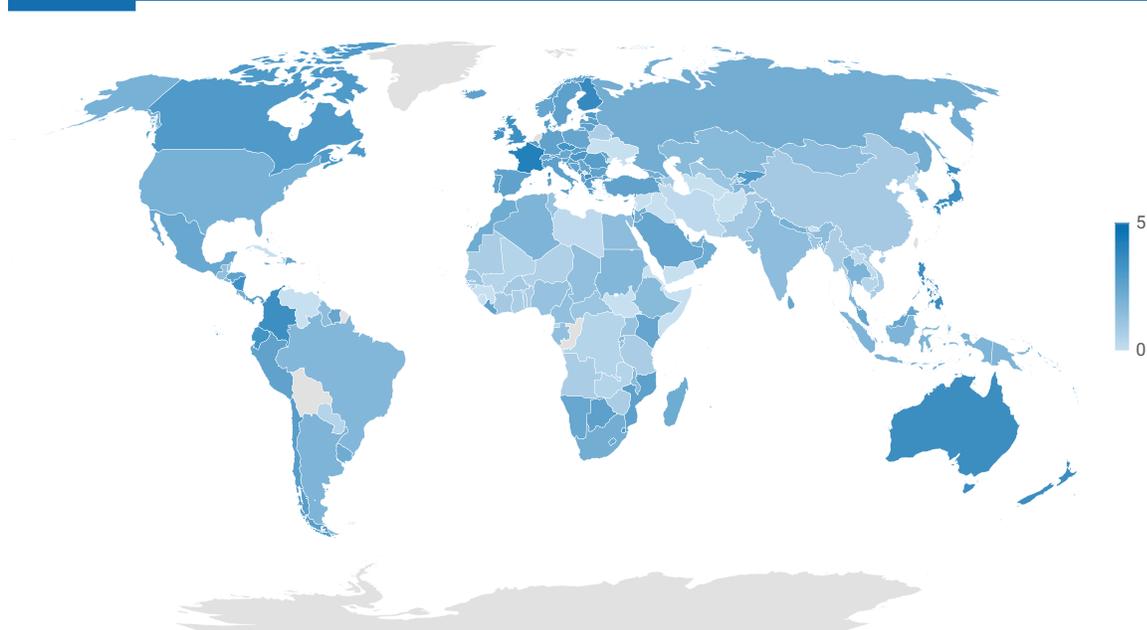
Conforme mostra a Tabela 2, a média regional europeia é mais uma vez a mais elevada das regiões da OMS, com pontuação média de 2,64 – abaixo, porém, dos 2,90 apresentados em 2020. A pontuação relativamente elevada da região europeia reflete, em geral, estruturas tributárias mais fortes, e os impostos e preços mais altos são decorrência da diretiva de impostos sobre o tabaco da União Europeia (UE), que os países membros são obrigados a cumprir. O efeito regional também se estende aos países que aspiram aderir à UE, que são obrigados a implementar impostos semelhantes aos da comunidade. Desde o primeiro trimestre de 2024, essa diretiva vem sendo revista pela Comissão Europeia (CE), e claramente muito está em jogo. Ao considerar os resultados aqui apresentados – motivados principalmente pela falta de mudanças na acessibilidade – seria sensato a CE considerar cuidadosamente as boas práticas e implementar disposições que garantam a atualização periódica das alíquotas tributárias em toda a UE.

Ao analisar outras regiões, observamos que a região do Pacífico Ocidental subiu para o segundo lugar com 2,02, ligeiramente à frente da região que ocupava o segundo lugar antes (2020): as Américas, que ficaram com 1,97 em 2022. A região das Américas registrou a maior queda desde 2020, de -0,39, que, como a Europa, foi impulsionada principalmente pelo fraco desempenho dos países na pontuação referente à mudança de acessibilidade.

Embora a região africana continue com a classificação mais baixa, com 1,53 em 2022, foi a região que apresentou a menor alteração absoluta na pontuação (-0,12). No entanto, apresentou uma pontuação baixa no componente de mudança na acessibilidade em 2020 e 2022.

A Tabela 3 apresenta as pontuações por categoria de renda do Banco Mundial. Conforme as duas últimas edições da Avaliação Comparativa, existe uma relação clara entre as pontuações gerais e a renda do país, com as pontuações médias aumentando junto com a renda dos países. Notavelmente, embora ainda apresente a pontuação média mais baixa, o grupo de baixa renda foi o único que melhorou na pontuação geral de 2020 para 2022, passando de 1,39 para 1,47. O grupo de países de alta renda, por outro lado, registrou a maior queda em 2022, de 3,04 em 2020 para 2,61.

Figura 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2022



Obs.: Os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida.

Tabela 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2022

Pontuação < 1,0 N=35	1,0 ≤ Pontuação < 2,0 N=42	2,0 ≤ Pontuação < 3,0 N=70	3,0 ≤ Pontuação < 4,0 N=21	Pontuação ≥ 4,0 N=2
Azerbaijão	Argélia	Bélgica	Finlândia	França
Burquina Fasso	Argentina	Chile	Austrália	Ilhas Maurício
China	Barbados	Dinamarca	Nova Zelândia	
Costa do Marfim	El Salvador	Fiji	Macedônia do Norte	
República Democrática do Congo	Indonésia	Gâmbia	Filipinas	
Paquistão	Papua-Nova Guiné	Grécia	Colômbia	
Angola	Tailândia	Israel	Japão	
Bielorrússia	Brasil	Letônia	Nicarágua	
Benim	Comores	Romênia	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	
Bolívia	Kiribati	Samoa	Tchéquia	
Gana	Sudão	Eslováquia	Equador	
Mauritânia	Tajiquistão	Eslovênia	Irlanda	
Estados Federados da Micronésia	Etiópia	Bahamas	Hungria	
Myanmar	Cazaquistão	Botswana	Malta	
Ilhas Salomão	Malawi	Itália	Seychelles	
Togo	Nauru	Lituânia	Singapura	
Tanzânia	Ruanda	Moçambique	Canadá	
Vietnã	Cabo Verde	Portugal	Estônia	
Zimbábue	Dominica	Suécia	Essuatíni	
Níger	Egito	Vanuatu	Quirguistão	
Antígua e Barbuda	Guiana	Albânia	Montenegro	
Camboja	Índia	Bósnia e Herzegovina	Holanda	
Congo	Mongólia	Bulgária		
Guiné Equatorial	São Vicente e Granadinas	Croácia		
Guiné-Bissau	São Tomé e Príncipe	Alemanha		
Haiti	Trinidade e Tobago	Honduras		
Mali	Burundi	Islândia		
Paraguai	Camarões	Libéria		
Zâmbia	Chade	Panamá		
Irã	Gabão	Peru		
Kuwait	Guatemala	Espanha		
Laos	Belize	Turquia		
Líbia	Maldivas	Tuvalu		
Ilhas Marshall	Nigéria	Bahrein		
Iraque	Tunísia	Quênia		
	Uganda	Malásia		
	Bangladesh	Noruega		
	República Centro-Africana	Polônia		
	Granada	Coreia do Sul		
	Senegal	Moldávia		
	Uzbequistão	Arábia Saudita		
	São Cristóvão e Neves	Sérvia		
		Suriname		
		Suíça		
		Áustria		
		Chipre		
		República Dominicana		

Tabela 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2022

Pontuação < 1,0 N=35	1,0 ≤ Pontuação < 2,0 N=42	2,0 ≤ Pontuação < 3,0 N=70	3,0 ≤ Pontuação < 4,0 N=21	Pontuação ≥ 4,0 N=2
		Jamaica		
		Lesoto		
		México		
		Namíbia		
		Sri Lanka		
		Madagascar		
		Marrocos		
		Omã		
		Emirados Árabes		
		Unidos		
		Uruguai		
		Armênia		
		Costa Rica		
		Geórgia		
		Jordânia		
		Luxemburgo		
		Catar		
		Rússia		
		África do Sul		
		Nepal		
		Santa Lúcia		
		Timor-Leste		
		Estados Unidos da América		

Obs.: Os países em cada coluna são listados por ordem de pontuação, da mais alta para a mais baixa, e em ordem alfabética quando as pontuações são idênticas.

Tabela 2 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, em âmbito global e por região da OMS, 2022

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Pontuação	1,53	1,97	1,48	2,64	1,64	2,02	1,99
Mudança 2020–2022	(-0,12)	(-0,39)	(-0,43)	(-0,26)	(-0,35)	(-0,16)	(-0,25)

Tabela 3 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022

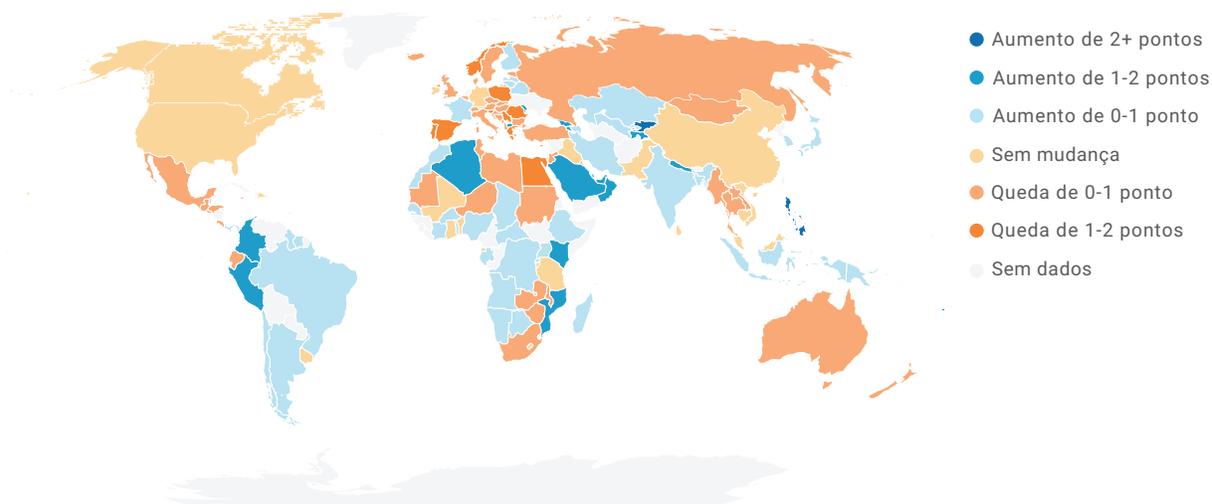
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Pontuação	1,47	1,49	1,98	2,61	1,99
Mudança 2020–2022	(+0,08)	(-0,26)	(-0,26)	(-0,43)	(-0,25)

Mudanças ao longo do Tempo

Apesar do revés em 2022 destacado acima, a Figura 2 mostra que nos últimos oito anos ainda houve alguma melhora nas pontuações gerais, com a pontuação média global um pouco mais alta em 2022 em comparação a 2014. Entre os 161 países para os quais as pontuações puderam ser calculadas nos dois anos, as pontuações gerais melhoraram em 70 países, permaneceram as mesmas em 26 e pioraram em 65. As pontuações melhoraram mais no Quirguistão (+2,38), Filipinas (+2,38), Moçambique (+2,00), Emirados Árabes Unidos (+2,00), Colômbia (+1,88) e Tuvalu (+1,88), seguidos por Bahrein, Omã e Arábia Saudita, com ganhos gerais de 1,75 pontos cada. Vale observar que, desses líderes, apenas a Colômbia, Moçambique e Tuvalu aumentaram suas pontuações entre 2020 e 2022.

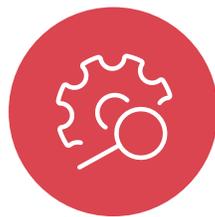
É importante considerar os pontos de partida ao observar as alterações na Figura 2. Alguns dos países que registraram queda, por exemplo, tinham desempenhos elevados em 2014 e, embora possam ter dado um passo atrás, também podem ainda ter um desempenho objetivamente bom ou, no mínimo, adequado. Por outro lado, alguns dos países que registraram melhorias tinham pontos de partida muito baixos e podem ainda estar lutando para implementar muitas das boas práticas nas políticas tributárias sobre o tabaco.

Figura 2 Mudanças na pontuação geral dos países, 2014–2022



Obs.: Os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida.

Dadas as extensas evidências sobre o impacto dos preços no tabagismo, o preço dos cigarros é um indicador-chave para avaliar o desempenho dos sistemas tributários dos países. Esse componente da Avaliação Comparativa é baseado no preço de um maço de 20 cigarros da marca mais vendida em dólares internacionais, com o valor ajustado pela paridade do poder de compra (Intl\$ PPC).³ De acordo com os preços informados para 2022,⁴ as pontuações são baseadas no seguinte:



Pontuação - Preço do Cigarro:

5: Preço $\geq 10,0$ Intl\$ PPC

4: $8,0 \leq \text{preço} < 10,0$

3: $6,0 \leq \text{preço} < 8,0$

2: $4,0 \leq \text{preço} < 6,0$

1: $2,0 \leq \text{preço} < 4,0$

0: Preço $< 2,0$ Intl\$ PPC

A Figura 3 apresenta as pontuações referentes aos preços dos cigarros para 2022. Entre os 170 países com dados disponíveis, 20 países receberam a pontuação mais alta de cinco pontos (uma queda em comparação aos 28 de 2020), liderados pela Irlanda (Intl\$ PPC 19,47), Fiji (Intl\$ PPC 18,88), Nova Zelândia (Intl\$ PPC 18,74), Sri Lanka (Intl\$ PPC 18,55) e Austrália (Intl\$ PPC 18,36). Catorze países receberam pontuação zero (contra 12 em 2020), com os preços mais baixos sendo encontrados no Iraque (Intl\$ PPC 0,83), na República Democrática do Congo (Intl\$ PPC 0,86) e no Paraguai (Intl\$ PPC 0,96).

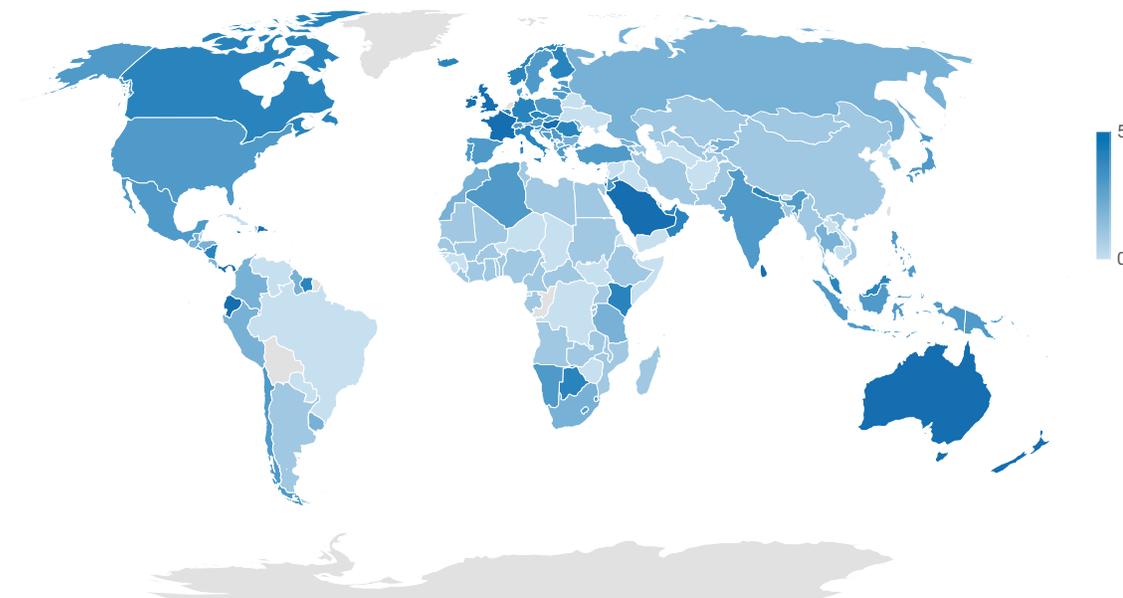
Conforme demonstra a Tabela 4, os preços médios dos cigarros foram mais elevados nas regiões do Sudeste Asiático, do Pacífico Ocidental e da Europa e mais baixos na região africana, um padrão semelhante ao de 2020. Os preços médios dos cigarros (ajustados pela inflação) diminuíram em todas as regiões da OMS entre 2020 e 2022, com a maior queda na região do Sudeste Asiático (-1,83), seguida pela região das Américas (-0,50) e pela região do Mediterrâneo Oriental (-0,34). Os preços médios e as pontuações dos preços aumentam conforme a renda do país, como demonstra a Tabela 5. Os preços médios dos cigarros nos países de baixa renda aumentaram nesta Avaliação Comparativa em 0,26 dólares (~10%).

Na Avaliação Comparativa anterior, a África havia sido a única região a registrar queda no preço médio, de 0,19 Intl\$ PPC. A última edição da Avaliação Comparativa destacou essa questão, observando que a redução dos preços torna os cigarros baratos mais acessíveis às populações de baixa renda, especialmente aos jovens. Com os resultados desta nova edição demonstrando que houve reduções médias de preços em todas as regiões da OMS, essa preocupação continua relevante.

³ A paridade do poder de compra é uma métrica comumente usada para comparar as moedas dos países, com base em uma transação que permite comprar a mesma quantidade de bens e serviços em cada país.

⁴ Esses preços foram convertidos para preços de 2018 para compará-los aos das edições anteriores da Avaliação Comparativa.

Figura 3 Pontuação de preços de cigarros, 2022



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis sobre esta medida.

Tabela 4 Preço médio do cigarro (IntI\$ PPC) e pontuação média do preço, em âmbito global e por região da OMS, 2022

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Preço	\$3,90	\$6,29	\$5,69	\$7,27	\$7,46	\$7,38	\$6,11
Mudança 2020–2022	(-\$0,17)	(-\$0,50)	(-\$0,34)	(-\$0,17)	(-\$1,83)	(-\$0,30)	(-\$0,37)
Pontuação	1,44	2,55	2,20	2,98	2,89	2,50	2,37
Mudança 2020–2022	(-0,07)	(-0,28)	(+0,03)	(-0,14)	(-0,31)	(-0,15)	(-0,14)

Obs.: Os países com atualizações nas pontuações de 2020 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice (em comparação às pontuações apresentadas na segunda edição da Avaliação Comparativa).

Tabela 5 Preço médio do cigarro (IntI\$ PPC) e pontuação média do preço, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022

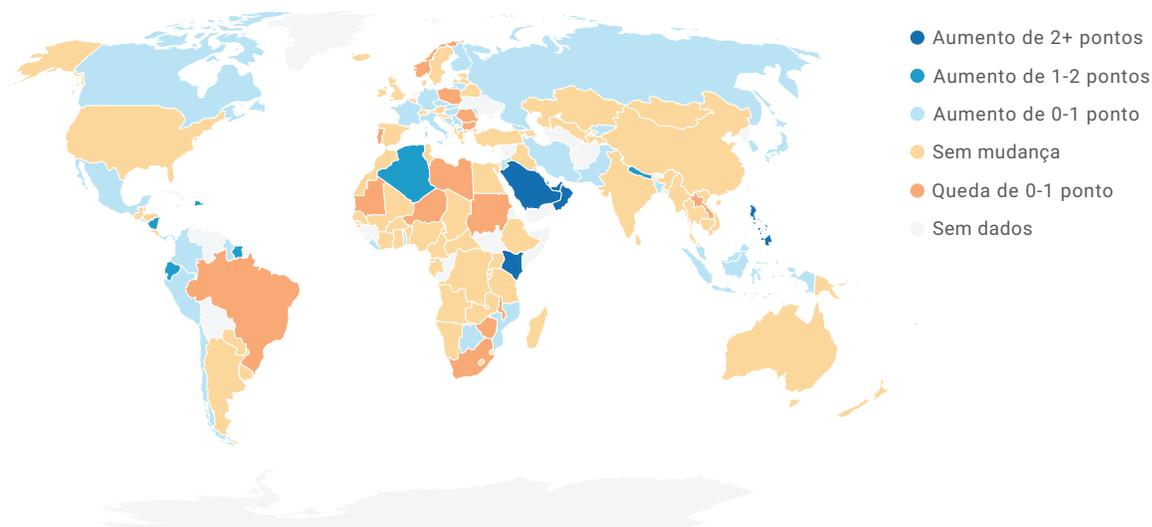
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Preço	\$2,76	\$4,53	\$5,84	\$8,86	\$6,11
Mudança 2020–2022	(+\$0,26)	(-\$0,58)	(-\$0,60)	(-\$0,60)	(-0,37)
Pontuação	0,83	1,69	2,27	3,56	2,37
Mudança 2020–2022	(+0,08)	(-0,17)	(-0,29)	(-0,24)	(-0,14)

Obs.: Os países com atualizações nas pontuações de 2020 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice.

Mudanças ao longo do Tempo

Apesar da queda de 2020 para 2022, as pontuações dos preços dos cigarros aumentaram, de modo geral, com o passar do tempo. Em 2014, a média global era de 1,95 de 5,00, subindo para 2,51 em 2020, mas caindo ligeiramente para 2,37 em 2022. Conforme mostra a Figura 4, o número de países que receberam a pontuação mais alta aumentou de 10 em 2014 para 20 em 2022 (embora tenha sido maior em 2020, com 28 países), enquanto o número de países que receberam a pontuação mais baixa diminuiu de 18 em 2014 para 14 em 2022 (eram 12 em 2020). Ao longo dos oito anos de análise, sete países registraram um aumento superior a dois pontos, enquanto dezoito países registraram uma queda de zero a um ponto.

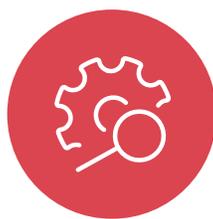
Figura 4 Mudanças na pontuação de preços dos países, 2014–2022



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis sobre esta medida.

IV Mudança na Acessibilidade do Cigarro

Os impostos sobre o cigarro precisam aumentar o suficiente para que os preços aumentem mais do que a renda, tornando os cigarros menos acessíveis. O segundo componente de pontuação avalia as mudanças na acessibilidade dos cigarros durante um período de seis anos. A acessibilidade é definida como o percentual do PIB per capita necessário para comprar 2.000 cigarros da marca mais vendida; o aumento dessa medida significa que os cigarros estão se tornando menos acessíveis ao longo do tempo. Para evitar dar crédito a países onde a acessibilidade caiu devido à redução da renda ou aos preços mais altos da indústria, pontuações mais altas são atribuídas a países onde a redução da acessibilidade resultou, pelo menos em parte, de um aumento do imposto seletivo sobre cigarros. As pontuações de 2022 neste componente são baseadas⁵ em mudanças estatisticamente significativas na acessibilidade da marca de cigarros mais vendida entre 2016 e 2022, da seguinte forma:



Pontuação - Mudança na Acessibilidade:

- 5: 7,5% de variação média anual ou superior
- 4: $5,0\% \leq \text{variação média anual} < 7,5\%$
- 3: $2,5\% \leq \text{variação média anual} < 5,0\%$
- 2: Variação média anual $< 2,5\%$
- 1: Acessibilidade reduzida, mas sem aumento do imposto seletivo
- 0: Maior acessibilidade ou nenhuma mudança estatisticamente significativa



A Figura 5 apresenta as pontuações referentes às mudanças na acessibilidade dos cigarros entre 2016 e 2022. Entre os 188 países com dados disponíveis, **apenas nove receberam a pontuação mais alta de cinco pontos (em comparação a 26 em 2020 e 20 em 2018)**. A lista é liderada pela Libéria (redução média anual na acessibilidade de 18,7%), Filipinas (17,24%) e Quênia (13,24%). Na segunda edição, as pontuações mais elevadas ficaram concentradas na região do Golfo Pérsico, em grande parte devido a uma importante reforma regional do imposto seletivo sobre o tabaco em 2020. Notavelmente, as pontuações de todos esses países caíram nesta terceira edição, reforçando que, embora o imposto ad valorem introduzido tenha tido um efeito imediato substancial e acompanhe naturalmente a inflação, não consegue acompanhar o ritmo se a renda real também cresce.

Por outro lado, a grande maioria dos países – 156 dos 188 – recebeu pontuação zero (superior aos 116 países em 2020). A pontuação zero pode significar quatro coisas diferentes. Dos 156 países com pontuação zero:

- 1) 25 países não tiveram aumento de impostos e os cigarros ficaram mais acessíveis.
- 2) 16 países tiveram um aumento de impostos, mas foi muito pequeno, pois mesmo assim os cigarros ficaram mais acessíveis.
- 3) 56 países não tiveram aumento de impostos e nenhuma mudança na acessibilidade.
- 4) 59 países tiveram um aumento de impostos, mas nenhuma mudança na acessibilidade.

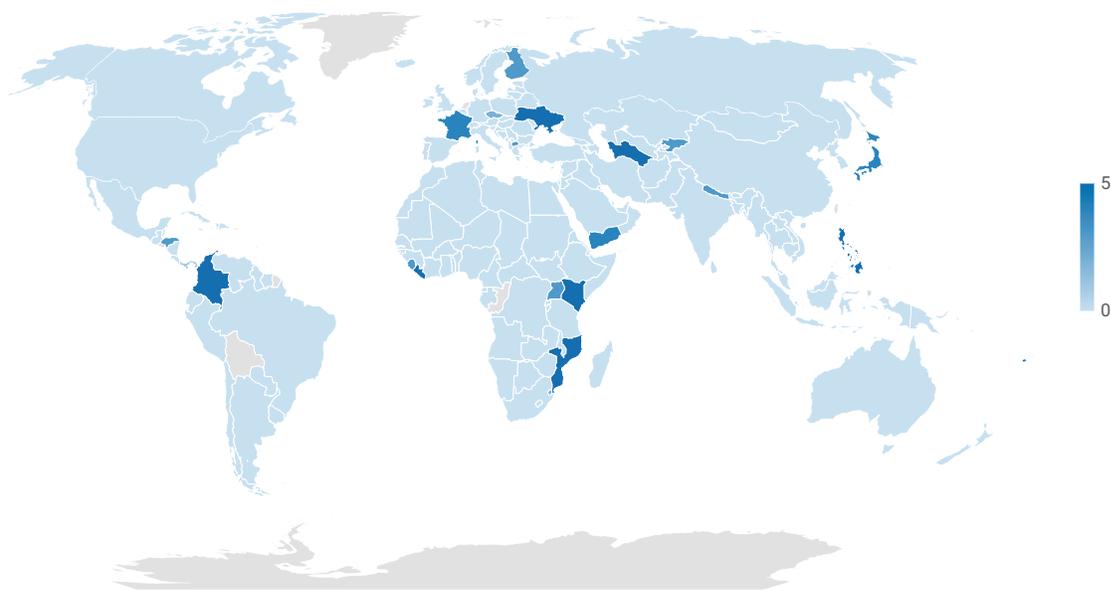
⁵ A mudança estatisticamente significativa na acessibilidade é baseada na abordagem usada no RGTE da OMS, que utiliza um modelo simples de regressão do logaritmo natural da medida de acessibilidade em uma variável de ano.

Além disso, 15 países não tiveram aumento de impostos, mas os cigarros ficaram menos acessíveis (devido aos aumentos dos preços da indústria, possivelmente combinados com um crescimento econômico lento).

A Tabela 6 mostra as mudanças médias de acessibilidade entre os países que apresentam mudanças significativas neste quesito, por região, bem como as pontuações médias regionais e globais do componente de acessibilidade da Avaliação Comparativa. Ao calcular essas médias, os países sem mudanças significativas de acessibilidade receberam pontuação zero. Todas as seis regiões registraram quedas substanciais na variação percentual média e na pontuação média. A região com a melhor mudança na pontuação média bruta de acessibilidade (variação percentual média anual ao longo de seis anos) foi a região do Mediterrâneo Oriental, com uma redução média anual de 3,87% (embora abaixo da queda média anual de 6,09% em 2020). Em 2022, a média de mudança de acessibilidade de seis anos em quatro das regiões oscilou em torno de um por cento – África (0,74), Américas (0,93), Sudeste Asiático (1,12) e Pacífico Ocidental (1,16). Infelizmente, a região europeia registrou um pequeno aumento médio na acessibilidade – ou seja, em média, os cigarros em toda a região ficaram mais acessíveis.

Conforme mostra a Tabela 7, embora a média do grupo tenha diminuído de 2020 para 2022, os países de renda mais baixa obtiveram a melhor pontuação na medida de acessibilidade em 2022. Em termos gerais, entre os grupos de renda isso representa uma mudança substancial, porque esse grupo tinha recebido a pior pontuação na medida de acessibilidade em 2020. Nesta edição, os países de renda alta apresentaram a pior mudança média em matéria de acessibilidade, de apenas 0,36%, após uma grande queda em relação à média de 2020, de 3,35% de mudança média anual.

Figura 5 Pontuação de mudança de acessibilidade, 2022



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis sobre esta medida.

Tabela 6 Mudança na média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudança de acessibilidade, em âmbito global e por região da OMS, 2022

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Mudança de Acessibilidade	0,74%	0,93%	3,87%	-0,58%	1,12%	1,16%	0,81%
Mudança 2020–2022	(-0,94%)	(-3,55%)	(-2,22%)	(-2,08%)	(-3,26%)	(-1,15%)	(-2,03%)
Pontuação	0,66	0,32	0,20	0,47	0,30	1,21	0,55
Mudança 2020–2022	(-0,51)	(-0,88)	(-1,75)	(-0,84)	(-1,48)	(-0,08)	(-0,80)

Obs.: Os países com atualizações nas pontuações de 2020 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice.

Tabela 7 Mudança na média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudança de acessibilidade, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022

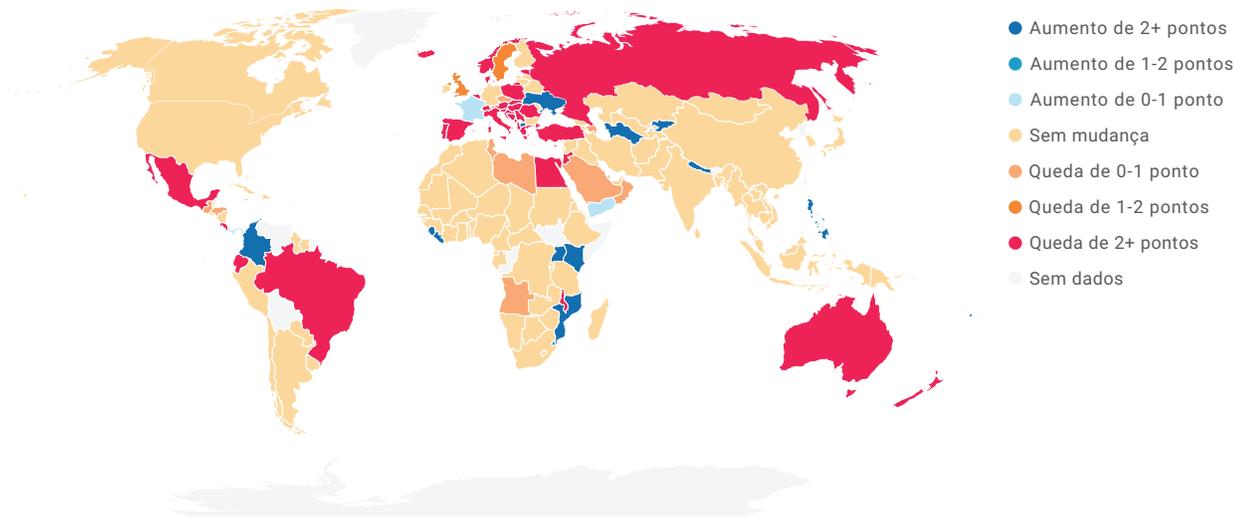
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Mudança de Acessibilidade	1,12%	1,48%	0,47%	0,36%	0,81%
Mudança 2020–2022	(+0,57%)	(-1,04%)	(-3,26%)	(-2,99%)	(-2,03%)
Pontuação	0,96	0,58	0,63	0,26	0,55
Mudança 2020–2022	(-0,27)	(-0,67)	(-0,77)	(-1,18)	(-0,80)

Obs.: Os países com atualizações nas pontuações de 2020 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice.

Mudanças ao longo do Tempo

Conforme demonstra a Figura 6, nos últimos oito anos houve alguma volatilidade nas pontuações de acessibilidade dos cigarros. A pontuação média global de 1,13 em 2014 subiu para 1,35 em 2020 e caiu para 0,55 em 2022. Esse último conjunto de pontuações também teve o número mais baixo de países a receber a pontuação mais alta de cinco pontos (de 13 países em 2014 para 26 países em 2020 e 9 em 2022). Além disso, nos últimos oito anos, enquanto 15 países registraram um aumento superior a dois pontos, 41 países registraram uma redução de dois pontos ou mais.

Figura 6 Mudanças na pontuação de mudança de acessibilidade dos países, 2014–2022



Obs.: Os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida.

V Impacto dos Tributos no Preço -345

A métrica mais usada para avaliar a força dos sistemas fiscais dos países sobre o cigarro

é o impacto dos tributos no preço de varejo dos cigarros. Há mais de duas décadas, o Banco Mundial recomendava que os impostos representassem entre dois terços e quatro quintos do preço do cigarro. Mais recentemente, em seu RGTE, a OMS definiu que os países onde os impostos correspondem a pelo menos 75% do preço de varejo são os de maior desempenho. Outros focaram no impacto dos impostos seletivos no preço de varejo, visto que esses impostos são mais importantes para aumentar o preço dos cigarros em relação aos preços de outros produtos e, portanto, terão um impacto maior no tabagismo. Cada medida tem seus pontos fortes e suas limitações. Por essas razões, o componente do impacto dos tributos no preço da Avaliação Comparativa é baseado na média das pontuações de dois indicadores - um com base em todos os impostos sobre cigarros e outro focado no imposto seletivo. A pontuação de cada um deles ocorre da seguinte forma:



Pontuação – Parcela Total dos Tributos:

- 5: 75% dos tributos em geral ou superior
- 4: 65% ≤ parcela < 75%
- 3: 55% ≤ parcela < 65%
- 2: 45% ≤ parcela < 55%
- 1: 35% ≤ parcela < 45%
- 0: Parcela total dos tributos < 35%

Pontuação – Parcela do Imposto Seletivo:

- 5: 70% do imposto seletivo ou superior
- 4: 60% ≤ parcela < 70%
- 3: 50% ≤ parcela < 60%
- 2: 40% ≤ parcela < 50%
- 1: 30% ≤ parcela < 40%
- 0: Parcela do imposto seletivo < 30%



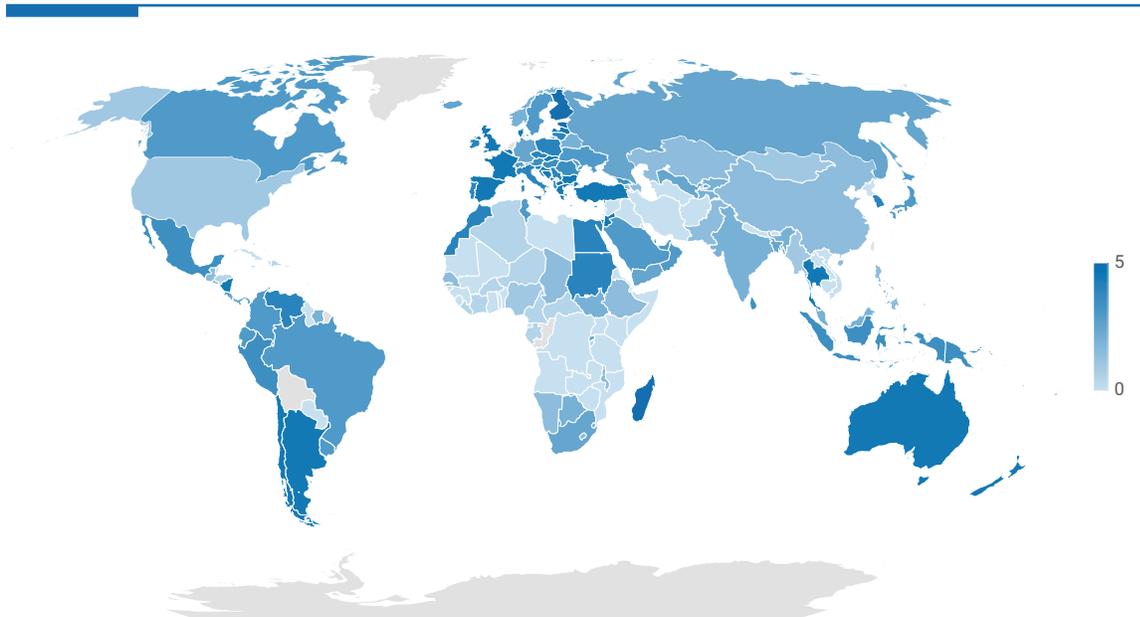
A Figura 7 apresenta as pontuações em 2022. Dos 184 países com dados disponíveis, **quatro receberam a pontuação mais alta de cinco pontos** (ou seja, pontuaram “5” com relação aos tributos em geral e com relação ao imposto seletivo): Andorra (78,31% de tributos em geral, 74,00% de imposto seletivo), Estônia (88,17%, 71,50%), Finlândia (89,44%, 70,09%) e Madagascar (87,74%, 70,94%). Outros 36 países receberam a pontuação mais alta com relação aos tributos em geral, mas não por seu imposto seletivo. Por outro lado, Palau e San Marino receberam a pontuação mais alta para o imposto seletivo, por passar de 70%, mas ambos receberam uma pontuação mais baixa para os tributos em geral. No outro extremo, 41 países obtiveram pontuação zero em ambas as medidas.

Conforme demonstra a Tabela 8, o impacto dos tributos no preço e as pontuações são mais altas na região europeia, em grande parte devido à diretiva tributária do tabaco da União Europeia, que exige que os Estados-membros adotem tributos relativamente altos sobre o consumo de cigarros. Por outro lado, as alíquotas tributárias e pontuações são mais baixas na região africana. A região do Mediterrâneo Oriental registrou os ganhos médios mais elevados com relação aos tributos em geral, enquanto o Pacífico Ocidental teve o maior aumento com relação ao imposto seletivo entre 2020 e 2022. Esta é uma boa notícia para o Pacífico Ocidental, uma vez que na última edição a região apresentou uma redução tanto na média total quanto com relação ao imposto seletivo. Na última edição, a África registrou a maior melhora em ambos os indicadores, mas essa mudança positiva infelizmente perdeu força nesta edição. **De 2020 a 2022, tanto a média do impacto dos tributos em geral quanto a média do imposto seletivo caíram na região das Américas.**



Apesar da recente queda no desempenho em países de alta renda, como aconteceu com os preços dos cigarros, o impacto dos tributos no preço e suas pontuações tendem a aumentar junto com a renda do país; a pontuação média é quase três vezes maior em países de renda alta do que em países de renda baixa. Não obstante, a média do impacto do imposto seletivo e a média do impacto dos tributos em geral caíram no grupo de países de renda alta entre 2020 e 2022.

Figura 7 Pontuação de impacto dos tributos no preço, 2022



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis sobre esta medida.

Tabela 8 Média total de impacto dos tributos no preço, impacto do imposto seletivo, e pontuação do impacto dos tributos no preço, em âmbito global e por região da OMS, 2022

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Impacto total dos tributos	41,26%	46,90%	55,42%	71,64%	44,92%	53,74%	54,14%
Mudança 2020–2022	(+1,06%)	(-2,02%)	(+6,61%)	(+0,04%)	(+2,00%)	(+1,25%)	(+0,83%)
Pontuação do impacto total dos tributos	1,32	1,91	2,76	4,15	2,00	2,44	2,56
Mudança 2020–2022	(+0,09)	(-0,15)	(+0,36)	(+0,04)	(+0,09)	(+0,11)	(+0,05)
Impacto do imposto seletivo	27,19%	33,09%	36,58%	55,40%	32,58%	39,38%	39,13%
Mudança 2020–2022	(+0,59%)	(-2,07%)	(+3,29%)	(+0,21%)	(+1,50%)	(+3,96%)	(+0,81%)
Pontuação do impacto do imposto seletivo	0,75	1,29	1,82	3,02	1,45	1,84	1,78
Mudança 2020–2022	(+0,05)	(-0,08)	(+0,07)	(+0,08)	(+0,18)	(+0,17)	(+0,05)
Pontuação combinada	1,03	1,60	2,29	3,59	1,73	2,14	2,17
Mudança 2020–2022	(+0,07)	(-0,12)	(+0,22)	(+0,06)	(+0,14)	(+0,14)	(+0,05)

Tabela 9 Média total de impacto dos tributos no preço, impacto do imposto seletivo e pontuação do impacto dos tributos no preço, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2022

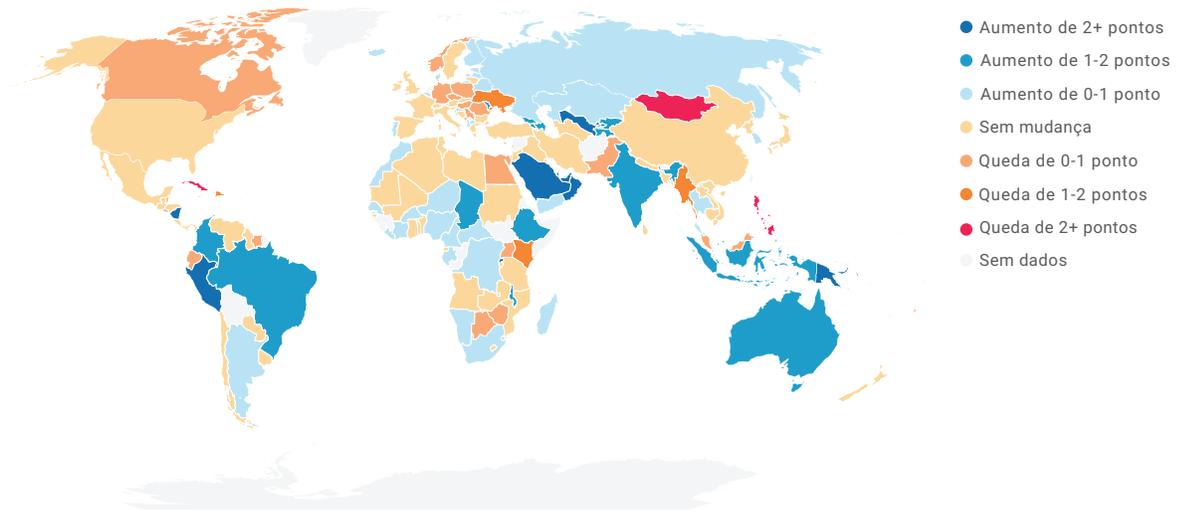
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Impacto total dos tributos	42,32%	43,76%	54,42%	67,48%	54,14%
Mudança 2020–2022	(+1,44%)	(+1,09%)	(+0,70%)	(-1,61%)	(+0,83%)
Pontuação do impacto total dos tributos	1,57	1,62	2,55	3,78	2,56
Mudança 2020–2022	(+0,20)	(+0,03)	(+0,00)	(-0,11)	(+0,05)
Impacto do imposto seletivo	28,75%	30,23%	38,61%	51,36%	39,13%
Mudança 2020–2022	(+1,73%)	(+0,44%)	(+1,32%)	(-1,61%)	(+0,81%)
Pontuação do impacto do imposto seletivo	0,90	1,06	1,70	2,83	1,78
Mudança 2020–2022	(+0,07)	(+0,06)	(+0,08)	(-0,13)	(+0,05)
Pontuação combinada	1,24	1,34	2,12	3,30	2,17
Mudança 2020–2022	(+0,13)	(+0,04)	(+0,04)	(-0,12)	(+0,05)

Mudanças ao longo do Tempo

Conforme demonstra a Figura 8, nos últimos oito anos houve apenas uma melhora modesta nas pontuações referentes ao impacto dos tributos no preço com o passar do tempo, com um aumento na pontuação média global de 1,91 em 2014 para 2,12 em 2020 e 2,17 em 2022. Dos 180 países com dados referentes a 2014 e 2022, 73 não apresentaram nenhuma mudança em sua pontuação. **As pontuações aumentaram em 69 países entre 2014 e 2022, lideradas por um aumento de 4,5 pontos na Nicarágua, que implementou incrementos significativos nos impostos seletivo sobre cigarros em 2017 e em 2019, e aumentos de 3,0 a 3,5 pontos em alguns países do Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrein, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos).** Por outro lado, a pontuação caiu entre 2014 e 2022 em 38 países. Nos últimos seis anos, 11 países registraram aumentos superiores a dois pontos, enquanto três países (Cuba, Mongólia e Filipinas) apresentaram quedas maiores que dois pontos.



Figura 8 Mudanças na pontuação de impacto dos tributos no preço dos países, 2014–2022



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis sobre esta medida.

VI Estrutura do Imposto Seletivo - 345

A estrutura do imposto seletivo responde em grande parte por sua eficácia no cumprimento de metas de saúde pública e de receita, sendo que estruturas tributárias simples e uniformes costumam ter maior impacto e ser mais fáceis de administrar. Estruturas multiníveis de impostos seletivo, com alíquotas que variam com base no preço, comprimento do cigarro, presença de filtro, embalagem, tipo e/ou nível de produção e/ou outros fatores tornam os impostos sobre cigarros mais difíceis de administrar e mais fáceis de evitar e são, portanto, significativamente menos eficazes do que outras estruturas tributárias. Estruturas que dependem apenas de impostos ad valorem são mais difíceis de administrar e vulneráveis à manipulação pela indústria. Este componente da Avaliação Comparativa avalia várias dimensões das estruturas do imposto seletivo, da seguinte forma:



Pontuação - Estrutura Tributária:

- 5: Um imposto específico e uniforme com inflação automática ou outro ajuste; ou um sistema misto uniforme, com maior alíquota do imposto específico e ajuste automático do componente específico, com o preço de varejo como a base do componente ad valorem e um imposto específico mínimo.
- 4: Um imposto específico uniforme ou sistema misto uniforme, com uma alíquota maior de imposto específico, mas sem as demais características listadas acima.
- 3: Um sistema misto uniforme, com uma alíquota maior do imposto ad valorem.
- 2: Um imposto uniforme ad valorem.
- 1: Um imposto seletivo multinível ou ad valorem.
- 0: Nenhum imposto seletivo.

A Figura 9 apresenta as pontuações das estruturas tributárias em 2022. Dos 184 países com dados disponíveis, 21 receberam a pontuação mais alta de cinco pontos, incluindo países de quatro das seis regiões - África, Américas, Europa e Pacífico Ocidental -, o que sugere que as boas práticas se difundiram amplamente em todo o mundo. Ademais, países dos quatro grupos de renda obtiveram a pontuação cinco. Além disso, esses países com estruturas tributárias fortes apresentam uma média geral de 2,93 (em comparação a 1,99 no geral), sugerindo que tendem a ter um desempenho geral melhor - em outras palavras, a estrutura geralmente ajuda a impulsionar o desempenho nas outras áreas da Avaliação Comparativa. A maioria dos países que pontuaram cinco neste componente implementam um imposto seletivo uniforme automaticamente ajustado pela inflação ou por outros fatores. Apenas Montenegro, Macedônia do Norte, República da Moldávia, Suécia e Ucrânia aplicam um sistema misto uniforme, com uma alíquota mais alta para o imposto específico, um ajuste automático para o imposto específico, uma base de preço de varejo para o imposto ad valorem e um imposto específico mínimo. Outros 66 países usam um imposto específico uniforme que não é ajustado automaticamente ou um sistema misto com uma alíquota maior de imposto específico, que não inclui as três características exigidas para a pontuação mais alta. Esses governos estão muito perto de alcançar uma

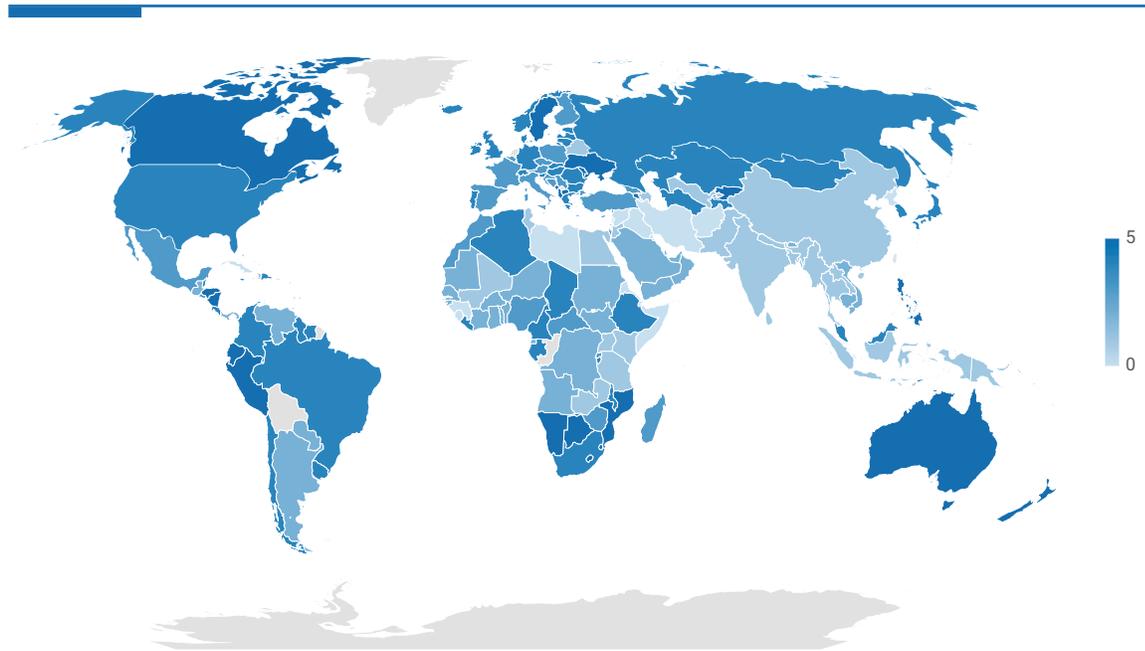
estrutura ideal, mas muitas vezes a incapacidade de implementar algumas dessas últimas características tem consequências importantes para os esforços de longo prazo para tornar os produtos de tabaco menos acessíveis. Vinte e quatro países usam um sistema uniforme misto, que atribui maior peso ao componente ad valorem, enquanto 34 aplicam um imposto ad valorem uniforme. Vinte e oito países (acima dos 27 de 2020, mas abaixo dos 31 de 2018) usam alguma forma de estrutura multinível de imposto seletivo, com alíquotas que variam com base no preço, comprimento do cigarro, presença de filtro, embalagem de cigarro, tipo e/ou nível de produção e/ou outros fatores.

A Tabela 10 apresenta as pontuações médias das estruturas tributárias por regiões da OMS. A região europeia e a região das Américas são as regiões com o melhor desempenho neste componente. As regiões com as pontuações mais baixas são o Sudeste Asiático e o Mediterrâneo Oriental. A pontuação baixa da região do Sudeste Asiático reflete os sistemas multinível de impostos seletivo sobre cigarros em vigor em muitos dos países da região, incluindo Bangladesh, Índia, Indonésia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia. A pontuação baixa da região do Mediterrâneo Oriental resulta da falta de um imposto seletivo sobre cigarros em vários países, incluindo o Irã, Iraque, Kuwait, Líbano e Líbia, e da dependência de estruturas baseadas em impostos ad valorem em muitos outros. **De 2020 a 2022, a região africana apresentou os maiores ganhos na pontuação média da estrutura tributária**, enquanto a média nas Américas caiu ligeiramente. Na última edição, vários países, incluindo Moçambique, implementaram grandes reformas estruturais. Nesta edição, houve muito menos reformas estruturais importantes, prejudicando os avanços em muitos países.



A Tabela 11 apresenta as pontuações médias por grupos de renda do Banco Mundial. O grupo de países de alta renda continua a apresentar a melhor média, embora ela tenha diminuído ligeiramente entre 2020 e 2022, seguido pelo grupo de países de renda média-alta. Notavelmente, a média do grupo de países de baixa renda ultrapassou o grupo de renda média-baixa, resultado tanto de melhorias mais fortes entre esses países quanto da queda na média de renda média-baixa.

Figura 9 Pontuação de estruturas tributárias, 2022



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis sobre esta medida.

Tabela 10 Pontuação média da estrutura tributária, em âmbito global e por região da OMS, 2020

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Pontuação	2,98	3,29	1,24	3,63	1,18	2,68	2,91
Mudança 2020–2022	(+0,14)	(-0,30)	(-0,11)	(+0,05)	(+0,08)	(+0,10)	(+0,04)

Tabela 11 Pontuação média da estrutura tributária, em âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2020

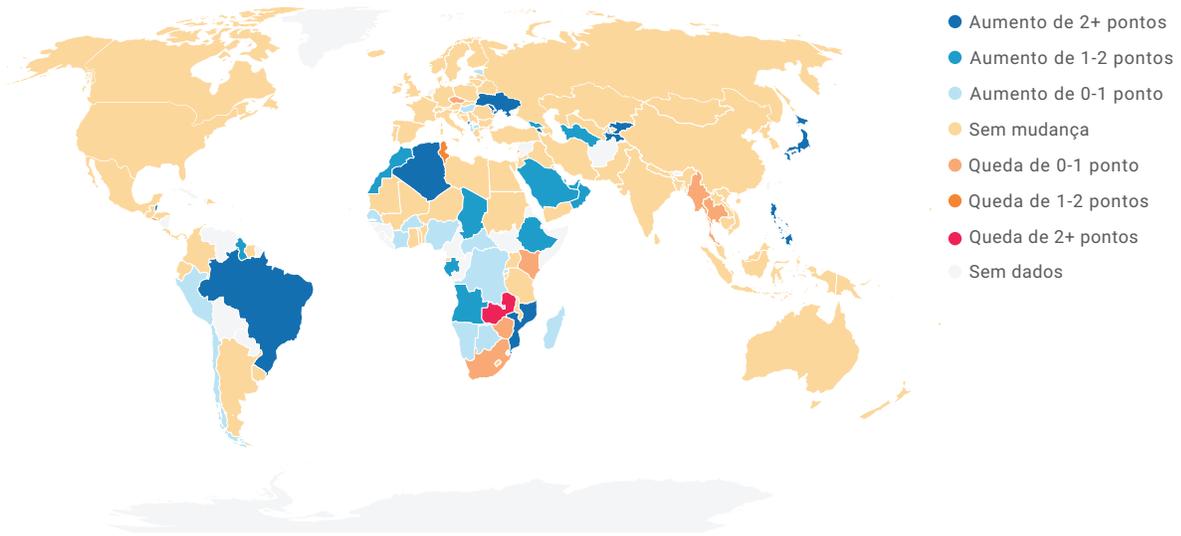
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Pontuação	2,67	2,38	3,02	3,38	2,91
Mudança 2020–2022	(+0,45)	(-0,22)	(+0,15)	(-0,06)	(+0,04)

Mudanças ao longo do Tempo

Conforme demonstra a Figura 10 abaixo, as pontuações da estrutura tributária melhoraram em alguns países, passando de uma pontuação média global de 2,46 em 2014 para 2,88 em 2020 e para 2,91 em 2022. A maioria dos países não alterou as suas estruturas tributárias nos últimos dois anos. As mudanças mais significativas foram implementadas na Armênia, Belize, Quirguistão, Moçambique, Filipinas, República da Moldávia e Ucrânia. Outros 37 países melhoraram sua pontuação de estrutura tributária no período de 2014 a 2022. Uma melhora comum foi eliminar uma estrutura multinível em favor de uma que tratasse os cigarros de maneira uniforme. Outras melhorias importantes que os países com desempenho mais elevado implementaram foram os ajustes automáticos do seu imposto seletivo, de modo a acompanhar ou superar a inflação e/ou o crescimento econômico, e a mudança para o preço de varejo como base para o componente ad valorem do imposto.

Por outro lado, a pontuação da estrutura tributária caiu em treze países entre 2014 e 2022, incluindo o Quênia (reinstauração de um imposto seletivo multinível em 2015) e a Tailândia (substituição de um imposto ad valorem uniforme por um imposto ad valorem multinível com base no preço de varejo). As maiores quedas de pontuação foram observadas na Zâmbia e no Líbano. No Líbano, a queda deve-se ao fato de o governo ter introduzido uma isenção do imposto seletivo sobre o tabaco para produtores locais neste período, provavelmente para desmotivar as importações e consumo desses produtos. Não é de se surpreender que as marcas locais sejam as mais vendidas; não existe, portanto, um imposto seletivo eficaz. Assim, o Líbano recebeu nota zero pela sua estrutura tributária. A Zâmbia também introduziu recentemente uma estrutura tributária multinível.

Figura 10 Mudanças na pontuação de estruturas tributárias dos países, 2014–2022



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis sobre esta medida.

VII Limitações

A estrutura de quatro componentes desenvolvida neste relatório tem várias limitações. Ela não inclui uma medida da eficácia da administração tributária, que é fundamental para minimizar a evasão e a sonegação fiscal. A Avaliação Comparativa, portanto, pode superestimar a força dos sistemas tributários em alguns países com impostos e preços elevados, acessibilidade em queda e boas estruturas tributárias. Até certo ponto, o componente de estrutura tributária captará aspectos da administração tributária, visto que impostos seletivos simples e uniformes são mais fáceis de administrar e criam menos oportunidades de evasão e sonegação fiscal (em outras palavras, comércio ilícito). Entretanto, esse componente deixará de lado outros aspectos-chave da administração tributária.

Uma segunda limitação é o foco na tributação do cigarro, dada a falta de dados abrangentes e confiáveis sobre a tributação de outros produtos de tabaco. É difícil até mesmo obter preços entre países e períodos distintos de maneira sistemática. A questão de outros produtos do tabaco – incluindo bidis, tabaco sem fumaça e tabaco para cachimbo de água – é de particular importância para os países onde o seu consumo é elevado. A Avaliação Comparativa também não leva em consideração produtos mais novos, como os cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecido. Se os impostos e preços desses produtos que não são cigarros forem mais baixos que os impostos e preços dos cigarros, haverá oportunidades de substituição por produtos relativamente mais baratos, reduzindo os benefícios para a saúde e as receitas de impostos eficazes sobre os cigarros.

Vários dos componentes que compõem a pontuação geral - incluindo preço do cigarro, mudanças na acessibilidade e parcela do tributo no preço - são limitados à marca de cigarro mais vendida em cada país. Por isso, não refletem a variabilidade dos preços dos cigarros e as oportunidades para fumantes mudarem para marcas mais baratas à medida que os impostos e os preços dos cigarros aumentam. Mais uma vez, isso é parcialmente (mas não totalmente) capturado pelo componente de estrutura tributária, visto que as estruturas com pontuações mais altas são aquelas que reduzem a variabilidade dos preços entre as marcas de cigarro.

Além disso, alguns componentes são altamente dependentes das estratégias de preços das empresas de cigarros. Na medida em que as empresas aumentam os preços em valores mais altos do que o incremento dos impostos - comportamento comumente chamado de "excesso de mudança" -, o componente de parcela dos tributos no preço talvez não reflita totalmente os aumentos de impostos implementados em vários países. Alternativamente, alguns países podem pontuar bem no componente de acessibilidade apesar de terem aumentos apenas modestos nos impostos sobre cigarros, se as empresas de cigarros aumentarem os preços em valores maiores do que os incrementos tributários. Frequentemente, a saúde pública nesses países ainda se beneficiará dos preços mais elevados porque o consumo irá provavelmente diminuir. Porém, a maior parte da diferença nesses novos preços irá para os lucros das empresas e não para as receitas fiscais do governo. Da mesma forma, se os preços da indústria forem muito baixos, a parcela dos tributos no preço pode ser muito alta, mas os valores de varejo podem continuar baixos, deixando os cigarros bastante acessíveis. Até certo ponto, os componentes da pontuação geral abordam algumas dessas limitações, embora de forma imperfeita.

Por fim, os limiares usados no cálculo das pontuações dos componentes individuais são, em grande medida, arbitrários. Dito isso, esses limiares são, em parte, baseados em recomendações relevantes e evidências empíricas, bem como na distribuição dos dados para cada componente. Embora mudanças nos limiares possam alterar as pontuações gerais e específicas do componente, as modificações teriam menos impacto nas pontuações relativas (entre países e/ou com o passar do tempo).

Apesar dessas limitações, esta Avaliação Comparativa fornece a avaliação mais abrangente dos sistemas tributários de cigarro até o momento. Na medida em que fiquem disponíveis dados mais abrangentes e consistentemente coletados sobre administração tributária, impostos sobre outros produtos de tabaco e outros fatores, a Avaliação Comparativa será refinada e melhorada.

Esta edição da Avaliação Comparativa mostra que, no geral, as pontuações diminuíram moderadamente

desde a segunda edição lançada em 2021, sugerindo que as políticas tributárias para o tabaco se tornaram ligeiramente menos eficazes, em média. De 2014 a 2020, a pontuação média global aumentou de 1,89 (de 5,00) para 2,25, mas caiu novamente para 1,99, de acordo com dados de 2022. A Avaliação Comparativa anterior revelou que, de 2018 a 2020, as pontuações gerais médias em todas as regiões da OMS e grupos de renda por país apresentaram melhora. Entretanto, esta edição mostra que, de 2020 a 2022, a pontuação geral caiu em todas as regiões, enquanto apenas as pontuações gerais do grupo de países de baixa renda aumentou (e apenas moderadamente). Em 2020, a segunda edição observou que nem sequer metade dos países (77 dos 170) para os quais havia dados disponíveis obtiveram 2,50 ou mais de um máximo de cinco pontos, mas nesta edição esse número caiu para 68. Essa desigualdade nas reformas indica uma grande oportunidade perdida para melhorar a saúde pública e contribuir para o crescimento econômico sustentável.

As pequenas melhorias em dois dos quatro componentes de pontuação – parcela dos tributos no preço e estrutura tributária - não foram suficientes para gerar um aumento na pontuação geral média em nível global ou em qualquer região individualmente. A grande diferença observada no componente de mudança na acessibilidade, que está indo em direção oposta ao que deveria - em muitos países, a acessibilidade aos cigarros não está mudando ou os cigarros estão cada vez mais acessíveis -, é, de longe, o fator mais preocupante para a saúde pública. Fica claro que os governos não têm aumentado os impostos de forma suficiente para afetar os preços, que, por sua vez, impulsionariam mudanças na acessibilidade, que décadas de evidências demonstram que reduziriam o consumo. Os autores reconhecem que o contexto da edição anterior (a segunda) foi, sem dúvida, incomum, devido à breve – embora substancial e generalizada - crise econômica decorrente da pandemia da COVID-19 e as restrições relacionadas. Nesta edição, a recuperação econômica pós-pandemia – muitas vezes rápida – provavelmente afeta alguns desses resultados. A recuperação incluiu pressões inflacionárias generalizadas que causaram alguns estragos nos preços e também na vontade dos governos de aumentar os impostos. No final, porém, a importância de uma estrutura fiscal sólida é irrefutável como base para uma política fiscal eficaz sobre o tabaco. Somente em países com aumentos de impostos regulares e a níveis adequados (ou seja, que superam a inflação e o crescimento econômico) os cigarros se tornarão menos acessíveis.

Embora a adoção esmagadora da CQCT a nível mundial represente uma grande vitória para a saúde pública, o progresso lento e desigual em relação ao Artigo 6 é problemático. A falta de implementação de políticas fiscais eficazes sobre os cigarros, combinada em alguns países com a fixação de preços estratégicos pela indústria do tabaco, impedem os avanços necessários para atingir o objetivo da CQCT de acabar com a epidemia global do tabaco. Esperamos que, por meio de monitoramento sistemático e de publicações como esta Avaliação Comparativa, governos enxerguem suas deficiências no contexto do consenso global sobre as boas práticas e atuem com vigor para acelerar o progresso nas políticas fiscais sobre cigarros, de modo que todo o potencial de saúde e receitas do Artigo 6 da CQCT seja concretizado.

Referências

Chaloupka, F., Drope, J., Siu, E., & Lee, H. M. (2021). Big tobacco continues 'business as usual' despite Covid-19 pandemic. *Tobacconomics*. <https://tobacconomics.org/research/big-tobacco-continues-business-as-usual-despite-covid-19-pandemic/>

Dai, X., Gakidou, E., & López, A. (2022). Evolution of the global smoking epidemic over the past half century: Strengthening the evidence base for policy action. *Tobacco Control*, 31, 129-137. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2021-056535>

Drope, J., Hamil, S., Chaloupka, F., Guerrero, C., Lee, H. M., Mirza, M., Mouton, A., Murukutla, N., Ngo, A., Perl, R., Rodriguez-Iglesias, G., Schluger, N., Siu, E., & Vulovic, V. (2022). The tobacco atlas. Vital Strategies e Tobacconomics. <https://tobaccoatlas.org/>

Drope, J. & Powell, L. (2024). Evidence and opportunities for using fiscal policy to promote health. Prepared for the Task Force on Fiscal Policy for Health. Centro para o Desenvolvimento Global.

Fundo Monetário Internacional. (2024). World economic outlook. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024>

Jha, P. & Chaloupka, F. J. (1999). Curbing the epidemic: Governments and the economics of tobacco control. Grupo do Banco Mundial. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/914041468176678949/pdf/multi-page.pdf>

Mirza, M. (2019). Large tax increases are the most effective policy for reducing tobacco use. *Tobacconomics*. <https://tobacconomics.org/research/large-tax-increases-are-the-most-effective-policy-for-reducing-tobacco-use/>

Ngo, A., Drope, J., Guerrero-López, C. M., Siu, E., & Chaloupka, F. J. (2024) As countries improve their cigarette tax policy, cigarette consumption declines. *Tobacco Control*, 33(e1), e91-6. <https://doi.org/10.1136/tc-2022-057486>

Paraje, G., Flores Muñoz, M., Wu, D. C., & Jha, P. (2024). Reductions in smoking due to ratification of the Framework Convention for Tobacco Control in 171 countries. *Nature Medicine*, 6, 1-7. <https://doi.org/10.1038/s41591-024-02806-0>

Sheikh, Z.D., Branston, Jr., & Gilmore, AB. (2023). Tobacco industry pricing strategies in response to excise tax policies: a systematic review. *Tobacco Control*, 32, 2, 239-50. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2021-056630>

EUA. Instituto Nacional do Câncer dos EUA e Organização Mundial da Saúde (NCI e OMS). (2018). The economics of tobacco and tobacco control. The economics of tobacco and tobacco control. Monografia 21 sobre o Controle do Tabaco do Instituto Nacional do Câncer. Publicação NIH N° 16-CA-8029A. EUA. Departamento de Saúde e Serviços Humanos e Organização Mundial da Saúde. https://cancercontrol.cancer.gov/sites/default/files/2020-06/m21_complete.pdf

Banco Mundial. (2017). Tobacco tax reform at the crossroads of health and development: A multisectoral perspective. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28494>

Organização Mundial da Saúde. (2003). WHO framework convention on tobacco control. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42811/9241591013.pdf>

Organização Mundial da Saúde. (2010). WHO technical manual on tobacco tax administration. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44316/9789241563994_eng.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2014). Guidelines for implementation of Article 6 of WHO FCTC. http://www.who.int/fctc/treaty_instruments/Guidelines_article_6.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2015). WHO report on the global tobacco epidemic, 2015. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/178574/9789240694606_eng.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2017). WHO report on the global tobacco epidemic, 2017. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/255874>

Organização Mundial da Saúde. (2019). WHO report on the global tobacco epidemic, 2019. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516204>

Organização Mundial da Saúde. (2021). WHO report on the global tobacco epidemic, 2021. <https://www.who.int/teams/health-promotion/tobacco-control/global-tobacco-report-2021>

Organização Mundial da Saúde. (2021). WHO technical manual on tobacco tax policy and administration. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/340659>

Organização Mundial da Saúde). WHO report on the global tobacco epidemic, 2023: Protect people from tobacco smoke. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240077164> Proteja as pessoas da fumaça do tabaco. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240077164>

Apêndices

Tabela 1 do Apêndice

Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2022

País	Pontuação geral (2022)	País	Pontuação geral (2022)
França	4,13	Gâmbia	2,88
Ilhas Maurício	4,13	Grécia	2,88
Finlândia	3,75	Israel	2,88
Austrália	3,63	Letônia	2,88
Nova Zelândia	3,63	Romênia	2,88
Macedônia do Norte	3,63	Samoa	2,88
Filipinas	3,63	Eslováquia	2,88
Colômbia	3,50	Eslovênia	2,88
Japão	3,50	Bahamas	2,75
Nicarágua	3,38	Botswana	2,75
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	3,38	Itália	2,75
Tchéquia	3,25	Lituânia	2,75
Equador	3,25	Moçambique	2,75
Irlanda	3,25	Portugal	2,75
Hungria	3,13	Suécia	2,75
Malta	3,13	Vanuatu	2,75
Seychelles	3,13	Albânia	2,63
Singapura	3,13	Bósnia e Herzegovina	2,63
Canadá	3,00	Bulgária	2,63
Estônia	3,00	Croácia	2,63
Essuatíni	3,00	Alemanha	2,63
Quirguistão	3,00	Honduras	2,63
Montenegro	3,00	Islândia	2,63
Holanda	3,00	Libéria	2,63
Bélgica	2,88	Panamá	2,63
Chile	2,88	Peru	2,63
Dinamarca	2,88	Espanha	2,63
Fiji	2,88	Turquia	2,63
		Tuvalu	2,63

Tabela 1 do Apêndice

Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2022

País	Pontuação geral (2022)	País	Pontuação geral (2022)
Bahrein	2,50	Argélia	1,88
Quênia	2,50	Argentina	1,88
Malásia	2,50	Barbados	1,88
Noruega	2,50	El Salvador	1,88
Polônia	2,50	Indonésia	1,88
Coreia do Sul	2,50	Papua-Nova Guiné	1,88
Moldávia	2,50	Tailândia	1,88
Arábia Saudita	2,50	Brasil	1,75
Sérvia	2,50	Comores	1,75
Suriname	2,50	Kiribati	1,75
Suíça	2,50	Sudão	1,75
Áustria	2,38	Tajiquistão	1,75
Chipre	2,38	Etiópia	1,63
República Dominicana	2,38	Cazaquistão	1,63
Jamaica	2,38	Malawi	1,63
Lesoto	2,38	Nauru	1,63
México	2,38	Ruanda	1,63
Namíbia	2,38	Cabo Verde	1,50
Sri Lanka	2,38	Dominica	1,50
Madagascar	2,25	Egito	1,50
Marrocos	2,25	Guiana	1,50
Omã	2,25	Índia	1,50
Emirados Árabes Unidos	2,25	Mongólia	1,50
Uruguai	2,25	São Vicente e Granadinas	1,50
Armênia	2,13	São Tomé e Príncipe	1,50
Costa Rica	2,13	Trinidade e Tobago	1,50
Geórgia	2,13	Burundi	1,38
Jordânia	2,13	Camarões	1,38
Luxemburgo	2,13	Chade	1,38
Catar	2,13	Gabão	1,38
Rússia	2,13	Guatemala	1,38
África do Sul	2,13	Belize	1,25
Nepal	2,00	Maldivas	1,25
Santa Lúcia	2,00	Nigéria	1,25
Timor-Leste	2,00	Tunísia	1,25
Estados Unidos da América	2,00	Uganda	1,25

Tabela 1 do Apêndice

Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2022

País	Pontuação geral (2022)	País	Pontuação geral (2022)
Bangladesh	1,13	Paraguai	0,50
República Centro-Africana	1,13	Zâmbia	0,50
Granada	1,13	Irã	0,25
Senegal	1,13	Kuwait	0,25
Uzbequistão	1,13	Laos	0,25
São Cristóvão e Neves	1,00	Líbia	0,25
Azerbaijão	0,88	Ilhas Marshall	0,25
Burquina Fasso	0,88	Iraque	0,00
China	0,88	Afeganistão	.
Costa do Marfim	0,88	Andorra	.
República Democrática do Congo	0,88	Butão	.
Paquistão	0,88	Brunei Darussalam	.
Angola	0,75	Ilhas Cook	.
Bielorrússia	0,75	Cuba	.
Benim	0,75	Coreia do Norte	.
Bolívia	0,75	Djibouti	.
Gana	0,75	Eritreia	.
Mauritânia	0,75	Guiné	.
Micronésia	0,75	Líbano	.
Myanmar	0,75	Mônaco	.
Ilhas Salomão	0,75	Niue	.
Togo	0,75	Palau	.
Tanzânia	0,75	San Marino	.
Vietnã	0,75	Serra Leoa	.
Zimbábue	0,75	Somália	.
Níger	0,63	Sudão do Sul	.
Antígua e Barbuda	0,50	Síria	.
Camboja	0,50	Tonga	.
Congo	0,50	Turcomenistão	.
Guiné Equatorial	0,50	Ucrânia	.
Guiné-Bissau	0,50	Venezuela	.
Haiti	0,50	Iêmen	.
Mali	0,50		

* Obs.: Não há dados suficientes sobre os países marcados com (.) para calcular a pontuação.

Tabela 2 do Apêndice

Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2022

País	2022				
	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Impacto dos tributos no preço	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Afeganistão	.	0	.	.	.
Albânia	2	0*	3,5	5	2,63
Argélia	3	0	0,5	4	1,88
Andorra	.	0	5,0	4	.
Angola	1	0	0,0	2	0,75
Antígua e Barbuda	2	0	0,0	0	0,50
Argentina	1	0	4,5	2	1,88
Armênia	2	0*	1,5	5	2,13
Austrália	5	0	4,5	5	3,63
Áustria	3	0	3,5	3	2,38
Azerbaijão	1	0	1,5	1	0,88
Bahamas	5	0	2,0	4	2,75
Bahrein	5	0	3,0	2	2,50
Bangladesh	1	0	2,5	1	1,13
Barbados	3	0	0,5	4	1,88
Bielorrússia	0	0*	2,0	1	0,75
Bélgica	4	0	4,5	3	2,88
Belize	1	0	0,0	4	1,25
Benim	1	0*	0,0	2	0,75
Butão	.	0	0,0	2	.
Bolívia	2	0	0,0	1	0,75
Bósnia e Herzegovina	3	0	4,5	3	2,63
Botswana	4	0	2,0	5	2,75
Brasil	0	0*	3,0	4	1,75
Brunei Darussalam
Bulgária	2	0*	4,5	4	2,63
Burquina Fasso	1	0	0,5	2	0,88
Burundi	1	0	0,5	4	1,38
Cabo Verde	2	0	0,0	4	1,50
Camboja	0	0*	0,0	2	0,50
Camarões	1	0	0,5	4	1,38
Canadá	4	0	3,0	5	3,00
República Centro-Africana	1	0	0,5	3	1,13
Chade	0	0	1,5	4	1,38
Chile	3	0	4,5	4	2,88
China	1	0*	1,5	1	0,88
Colômbia	2	5	3,0	4	3,50
Comores	1	0	4,0	2	1,75
Congo	0	0	0,0	2	0,50
Ilhas Cook	.	.	4,0	4	.

Tabela 2 do Apêndice

Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2022

País	2022				
	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Impacto dos tributos no preço	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Costa Rica	2	0	2,5	4	2,13
Croácia	3	0*	4,5	3	2,63
Cuba	.	0	0,0	0	.
Chipre	3	0*	3,5	3	2,38
Tchéquia	4	2	4,0	3	3,25
Costa do Marfim	1	0*	0,5	2	0,88
Coreia do Norte	.	.	0,0	0	.
República Democrática do Congo	0	0*	1,5	2	0,88
Dinamarca	3	0	4,5	4	2,88
Djibouti
Dominica	1	1	0,0	4	1,50
República Dominicana	5	0	0,5	4	2,38
Equador	5	0	3,0	5	3,25
Egito	1	0*	4,0	1	1,50
El Salvador	3	0	1,5	3	1,88
Guiné Equatorial	0	0	0,0	2	0,50
Eritreia	.	0	.	.	.
Estônia	3	0*	5,0	4	3,00
Essuatíni	3	2	2,0	5	3,00
Etiópia	1	0	1,5	4	1,63
Fiji	5	5	0,5	1	2,88
Finlândia	4	3	5,0	3	3,75
França	5	4	4,5	3	4,13
Gabão	1	0	0,5	4	1,38
Gâmbia	2	4	1,5	4	2,88
Geórgia	2	0	3,5	3	2,13
Alemanha	4	0	2,5	4	2,63
Gana	1	0	0,0	2	0,75
Grécia	3	0	4,5	4	2,88
Granada	2	0*	0,5	2	1,13
Guatemala	2	0*	1,5	2	1,38
Guiné	.	0	.	.	.
Guiné-Bissau	0	0*	0,0	2	0,50
Guiana	2	0*	0,0	4	1,50
Haiti	1	0	0,0	1	0,50
Honduras	2	3	0,5	5	2,63
Hungria	5	0	3,5	4	3,13
Islândia	4	0	2,5	4	2,63
Índia	3	0*	2,0	1	1,50
Indonésia	3	0	3,5	1	1,88

Tabela 2 do Apêndice

Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2022

País	2022				
	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Impacto dos tributos no preço	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Irã	1	0	0,0	0	0,25
Iraque	0	0	0,0	0	0,00
Irlanda	5	0*	4,0	4	3,25
Israel	4	0*	4,5	3	2,88
Itália	4	0	4,0	3	2,75
Jamaica	5	0	0,5	4	2,38
Japão	3	4	3,0	4	3,50
Jordânia	3	0	4,5	1	2,13
Cazaquistão	1	0	1,5	4	1,63
Quênia	4	5	0,0	1	2,50
Kiribati	1	0*	2,0	4	1,75
Kuwait	1	0	0,0	0	0,25
Quirguistão	2	3	2,0	5	3,00
Laos	0	0*	0,0	1	0,25
Letônia	3	0	4,5	4	2,88
Líbano	.	0	0,0	0	.
Lesoto	3	0	1,5	5	2,38
Libéria	1	5	0,5	4	2,63
Líbia	1	0	0,0	0	0,25
Lituânia	3	0	4,0	4	2,75
Luxemburgo	2	0*	3,5	3	2,13
Madagascar	1	0*	5,0	3	2,25
Malawi	1	0	1,5	4	1,63
Malásia	4	0*	2,0	4	2,50
Maldivas	5	0	0,0	0	1,25
Mali	1	0*	0,0	1	0,50
Malta	4	0	4,5	4	3,13
Ilhas Marshall	0	0*	1,0	0	0,25
Mauritânia	1	0	0,0	2	0,75
Maurício	5	3	4,5	4	4,13
México	3	0	3,5	3	2,38
Micronésia	1	1	1,0	0	0,75
Mônaco	.	0	.	.	.
Mongólia	1	0*	1,0	4	1,50
Montenegro	3	0	4,0	5	3,00
Marrocos	2	0	4,0	3	2,25
Moçambique	1	5	0,0	5	2,75
Myanmar	1	0	1,0	1	0,75
Namíbia	3	0	1,5	5	2,38
Nauru	5	1	0,5	0	1,63

Tabela 2 do Apêndice

Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2022

País	2022				
	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Impacto dos tributos no preço	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Nepal	4	3	0,0	1	2,00
Reino da Holanda	4	0	4,0	4	3,00
Nova Zelândia	5	0	4,5	5	3,63
Nicarágua	4	0	4,5	5	3,38
Níger	0	0*	0,5	2	0,63
Nigéria	1	0	1,0	3	1,25
Niue
Macedônia do Norte	2	3	4,5	5	3,63
Noruega	4	0	2,0	4	2,50
Omã	4	0	3,0	2	2,25
Paquistão	1	0	1,5	1	0,88
Palau	.	1	4,5	4	.
Panamá	5	1	2,5	2	2,63
Papua-Nova Guiné	3	0*	3,5	1	1,88
Paraguai	0	0	0,0	2	0,50
Peru	2	0	3,5	5	2,63
Filipinas	3	5	1,5	5	3,63
Polônia	3	0*	4,0	3	2,50
Portugal	3	0*	4,0	4	2,75
Catar	3	0	3,5	2	2,13
Coreia do Sul	2	0*	4,0	4	2,50
Moldávia	2	0	3,0	5	2,50
Romênia	4	0*	3,5	4	2,88
Rússia	2	0	2,5	4	2,13
Ruanda	1	0	2,5	3	1,63
São Cristóvão e Neves	2	0	0,0	2	1,00
Santa Lúcia	2	1	1,0	4	2,00
São Vicente e Granadinas	2	0	0,0	4	1,50
Samoa	3	3	1,5	4	2,88
San Marino	.	0	4,5	2	.
São Tomé e Príncipe	1	1	0,0	4	1,50
Arábia Saudita	5	0	3,0	2	2,50
Senegal	1	0	1,5	2	1,13
Sérvia	3	0	4,0	3	2,50
Seychelles	5	0	3,5	4	3,13
Serra Leoa	.	3	.	.	.
Singapura	5	0	3,5	4	3,13
Eslováquia	3	0	4,5	4	2,88
Eslovênia	3	0*	4,5	4	2,88
Ilhas Salomão	1	0	1,0	1	0,75

Tabela 2 do Apêndice

Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2022

País	2022				
	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Impacto dos tributos no preço	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Somália	.	0*	.	.	.
África do Sul	2	0	2,5	4	2,13
Sudão do Sul	.	0*	2,0	2	.
Espanha	3	0	4,5	3	2,63
Sri Lanka	5	0	3,5	1	2,38
Sudão	1	0	4,0	2	1,75
Suriname	4	0	2,0	4	2,50
Suécia	3	0*	3,0	5	2,75
Suíça	3	0	3,0	4	2,50
Síria	.	0	.	.	.
Tajiquistão	1	0	2,0	4	1,75
Tailândia	2	0	4,5	1	1,88
Timor-Leste	2	0	2,0	4	2,00
Togo	1	0	0,0	2	0,75
Tonga	.	4	4,0	1	.
Trinidad e Tobago	2	0	0,0	4	1,50
Tunísia	1	0	3,0	1	1,25
Turquia	3	0	4,5	3	2,63
Turcomenistão	.	5	0,0	4	.
Tuvalu	3	5	0,5	2	2,63
Uganda	1	3	0,0	1	1,25
Ucrânia	.	5	3,0	5	.
Emirados Árabes Unidos	4	0	3,0	2	2,25
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	5	0	4,5	4	3,38
Tanzânia	2	0	0,0	1	0,75
Estados Unidos da América	3	0	1,0	4	2,00
Uruguai	2	0	3,0	4	2,25
Uzbequistão	1	0	2,5	1	1,13
Vanuatu	3	0	4,0	4	2,75
Venezuela	.	.	4,0	2	.
Vietnã	1	0*	0,0	2	0,75
Iêmen	.	4	2,5	2	.
Zâmbia	1	0*	0,0	1	0,50
Zimbábue	0	0	0,0	3	0,75

* Indica aumentos significativos na acessibilidade dos cigarros (a ausência de “*” significa que não houve qualquer alteração ou que a mudança não é estatisticamente significativa – consulte o texto para mais informações).

Obs.: Não há dados suficientes sobre os países marcados com (.) para calcular a pontuação.

Tabela 3 do Apêndice

Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022

País	Pontuação geral				
	2014	2016	2018	2020	2022
Afeganistão	0,00	0,25	0,25	0,00	.
Albânia	2,88	3,00	2,25	2,63	2,63
Argélia	0,63	2,13	2,25	2,38	1,88
Andorra
Angola	0,50	.	0,50	2,25	0,75
Antígua e Barbuda	0,75	0,25	0,25	0,75	0,50
Argentina	1,63	2,13	2,13	2,13	1,88
Armênia	0,75	0,88	1,13	1,88	2,13
Austrália	4,13	4,25	4,63	4,50	3,63
Áustria	3,13	3,00	2,50	2,38	2,38
Azerbaijão	0,75	3,00	0,63	0,88	0,88
Bahamas	3,63	3,75	.	2,75	2,75
Bahrein	0,75	1,25	3,88	3,75	2,50
Bangladesh	0,88	1,13	2,38	2,38	1,13
Barbados	2,63	2,63	2,13	.	1,88
Bielorrússia	0,63	0,63	0,63	0,75	0,75
Bélgica	3,50	3,25	3,25	3,25	2,88
Belize	0,38	1,38	1,50	1,50	1,25
Benim	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75
Butão
Bolívia	1,13	1,13	0,88	0,88	0,75
Bósnia e Herzegovina	3,63	3,88	3,88	3,63	2,63
Botswana	2,38	2,13	2,63	4,13	2,75
Brasil	1,63	2,88	2,13	2,00	1,75
Brunei Darussalam
Bulgária	2,88	2,63	3,00	2,88	2,63
Burquina Fasso	0,50	0,50	1,63	0,88	0,88
Burundi	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38
Cabo Verde	0,75	0,75	0,75	1,50	1,50
Camboja	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Camarões	.	1,38	1,38	2,13	1,38
Canadá	3,00	3,13	3,75	4,00	3,00
República Centro-Africana	0,75	.	0,88	.	1,13
Chade	0,50	0,88	1,63	2,38	1,38
Chile	2,38	3,50	3,63	3,88	2,88
China	0,88	1,00	1,00	0,88	0,88
Colômbia	1,63	1,63	2,38	3,38	3,50
Comores	1,13	1,13	1,63	1,75	1,75
Congo	0,88	1,13	2,13	2,00	0,50
Ilhas Cook

Tabela 3 do Apêndice

Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022

País	Pontuação geral				
	2014	2016	2018	2020	2022
Costa Rica	3,13	2,13	2,13	2,00	2,13
Croácia	3,50	3,25	2,50	2,63	2,63
Cuba
Chipre	3,88	3,88	2,38	2,38	2,38
Tchéquia	3,63	3,38	3,25	3,00	3,25
Costa do Marfim	0,50	0,75	0,75	0,75	0,88
Coreia do Norte
República Democrática do Congo	0,50	0,50	0,63	0,88	0,88
Dinamarca	3,38	2,63	2,63	3,00	2,88
Djibouti	.	0,50	.	.	.
Dominica	1,25	1,25	1,25	1,25	1,50
República Dominicana	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38
Equador	3,63	4,75	4,38	4,63	3,25
Egito	2,63	2,63	2,50	1,75	1,50
El Salvador	2,00	2,00	1,88	2,13	1,88
Guiné Equatorial	0,50	0,75	0,75	0,75	0,50
Eritreia
Estônia	3,63	2,88	2,88	3,00	3,00
Essuatíni	.	2,38	2,25	2,50	3,00
Etiópia	0,75	0,50	0,50	1,50	1,63
Fiji	1,50	1,75	2,75	2,88	2,88
Finlândia	3,38	3,38	3,38	3,75	3,75
França	3,63	3,63	3,63	3,88	4,13
Gabão	0,75	0,75	0,75	0,75	1,38
Gâmbia	2,88	2,88	2,88	3,13	2,88
Geórgia	0,88	1,38	1,63	3,63	2,13
Alemanha	2,63	2,88	2,88	3,13	2,63
Gana	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75
Grécia	4,13	3,88	3,88	3,88	2,88
Granada	1,38	1,38	1,13	.	1,13
Guatemala	1,63	1,38	1,38	1,38	1,38
Guiné	.	0,50	.	0,50	.
Guiné-Bissau	.	0,75	0,75	.	0,50
Guiana	0,75	0,75	1,75	1,50	1,50
Haiti	0,50
Honduras	2,88	2,25	1,88	2,63	2,63
Hungria	3,75	3,88	2,88	2,88	3,13
Islândia	3,50	2,50	2,50	2,38	2,63
Índia	1,13	2,38	1,63	1,75	1,50
Indonésia	1,25	1,38	1,50	2,38	1,88

Tabela 3 do Apêndice

Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022

País	Pontuação geral				
	2014	2016	2018	2020	2022
Irã	0,00	1,00	0,50	2,00	0,25
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	3,25	3,25	3,25	3,38	3,25
Israel	2,88	3,88	3,63	2,88	2,88
Itália	3,50	2,50	2,75	2,75	2,75
Jamaica	2,63	2,88	3,13	3,13	2,38
Japão	2,50	1,50	1,50	2,25	3,50
Jordânia	2,63	2,63	3,38	3,38	2,13
Cazaquistão	1,38	2,63	2,75	2,63	1,63
Quênia	1,13	1,63	0,88	0,88	2,50
Kiribati	2,00	1,75	1,75	1,75	1,75
Kuwait	0,50	0,75	0,75	0,75	0,25
Quirguistão	0,63	0,63	2,88	3,50	3,00
Laos	0,50	1,25	0,50	0,50	0,25
Letônia	2,75	2,88	2,88	2,88	2,88
Líbano	1,50	1,50	0,00	0,00	.
Lesoto	2,38	.	2,13	2,38	2,38
Libéria	.	0,50	0,50	2,63	2,63
Líbia	0,75	0,50	0,50	0,50	0,25
Lituânia	2,50	2,75	3,38	3,38	2,75
Luxemburgo	3,13	2,88	2,38	2,38	2,13
Madagascar	1,88	2,13	1,88	1,88	2,25
Malawi	2,25	.	.	.	1,63
Malásia	2,50	2,75	2,88	2,75	2,50
Maldivas	1,00	0,75	1,13	1,50	1,25
Mali	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Malta	2,88	3,13	3,13	3,13	3,13
Ilhas Marshall	0,63	0,50	0,50	0,50	0,25
Mauritânia	1,00	0,75	0,75	0,75	0,75
Maurício	3,88	2,88	3,25	3,13	4,13
México	2,88	2,13	2,13	2,38	2,38
Micronésia	0,63	0,88	0,75	0,75	0,75
Mônaco
Mongólia	2,13	1,75	1,63	1,63	1,50
Montenegro	3,63	3,38	3,88	3,50	3,00
Marrocos	1,63	1,63	2,38	2,63	2,25
Moçambique	0,75	0,25	0,50	2,50	2,75
Myanmar	1,38	0,75	0,63	1,00	0,75
Namíbia	1,88	2,00	2,00	2,13	2,38
Nauru	.	1,25	1,25	1,63	1,63

Tabela 3 do Apêndice

Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022

País	Pontuação geral				
	2014	2016	2018	2020	2022
Nepal	0,75	1,00	1,75	2,00	2,00
Holanda	3,88	3,88	3,13	3,00	3,00
Nova Zelândia	4,63	4,75	4,38	4,63	3,63
Nicarágua	.	1,63	1,88	2,88	3,38
Níger	0,75	0,63	0,50	0,50	0,63
Nigéria	0,75	0,75	0,75	1,25	1,25
Niue
Macedônia do Norte	2,13	2,38	2,88	3,38	3,63
Noruega	3,75	3,75	3,63	3,63	2,50
Omã	0,50	0,75	0,75	3,75	2,25
Paquistão	0,88	1,13	0,75	0,88	0,88
Palau	.	2,88	3,88	3,63	.
Panamá	2,13	2,13	2,13	2,13	2,63
Papua-Nova Guiné	1,13	1,63	1,50	1,50	1,88
Paraguai	.	0,50	0,50	0,50	0,50
Peru	1,38	3,13	3,63	2,88	2,63
Filipinas	1,25	2,50	3,75	3,63	3,63
Polônia	4,13	3,75	2,75	2,75	2,50
Portugal	3,88	2,88	2,88	2,75	2,75
Catar	0,50	0,75	0,63	3,88	2,13
Coreia do Sul	2,00	2,50	2,50	2,50	2,50
Moldávia	0,88	1,13	1,38	3,13	2,50
Romênia	4,50	3,13	3,38	3,13	2,88
Rússia	2,63	3,13	3,38	3,50	2,13
Ruanda	0,75	1,63	1,63	1,63	1,63
São Cristóvão e Neves	1,00	1,00	1,00	.	1,00
Santa Lúcia	1,88	2,13	1,88	2,13	2,00
São Vicente e Granadinas	1,25	1,25	1,75	1,50	1,50
Samoa	2,88	2,38	2,88	2,88	2,88
San Marino
São Tomé e Príncipe	0,75	0,75	1,50	1,25	1,50
Arábia Saudita	0,75	1,25	3,75	3,75	2,50
Senegal	0,63	0,88	1,88	0,88	1,13
Sérvia	3,63	3,63	3,88	3,25	2,50
Seychelles	3,38	3,13	3,13	4,13	3,13
Serra Leoa	0,25	0,00	1,25	1,25	.
Singapura	3,13	3,13	3,25	3,25	3,13
Eslováquia	3,38	3,38	2,88	2,75	2,88
Eslovênia	4,13	3,63	2,88	2,88	2,88
Ilhas Salomão	0,75	0,75	0,50	.	0,75

Tabela 3 do Apêndice

Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022

País	Pontuação geral				
	2014	2016	2018	2020	2022
Somália	.	.	0,00	0,00	.
África do Sul	2,38	1,88	2,25	2,38	2,13
Sudão do Sul
Espanha	3,88	2,63	2,88	2,63	2,63
Sri Lanka	2,38	2,13	3,38	3,63	2,38
Sudão	2,00	2,00	2,00	1,75	1,75
Suriname	2,13	2,00	3,63	3,50	2,50
Suécia	3,25	3,00	2,75	2,75	2,75
Suíça	3,25	3,00	2,50	2,50	2,50
Síria
Tajiquistão	0,50	0,50	2,38	1,38	1,75
Tailândia	2,00	2,25	1,75	1,75	1,88
Timor-Leste	1,38	1,25	1,50	1,50	2,00
Togo	0,50	0,75	0,75	1,88	0,75
Tonga	1,50	2,75	3,63	3,75	.
Trinidad e Tobago	2,75	3,00	3,00	3,00	1,50
Tunísia	2,00	1,75	1,75	1,75	1,25
Turquia	3,63	2,63	2,88	2,88	2,63
Turcomenistão	1,50	2,00	3,00	.	.
Tuvalu	0,75	1,25	1,00	0,88	2,63
Uganda	0,63	0,75	0,75	1,25	1,25
Ucrânia	1,63	2,75	3,38	3,75	.
Emirados Árabes Unidos	0,25	0,75	3,50	3,75	2,25
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	3,88	3,88	3,63	3,63	3,38
Tanzânia	0,75	0,50	0,50	0,75	0,75
Estados Unidos da América	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Uruguai	2,25	2,25	2,25	3,25	2,25
Uzbequistão	0,50	0,63	0,63	2,13	1,13
Vanuatu	.	2,38	2,13	2,13	2,75
Venezuela
Vietnã	0,75	0,88	0,88	0,88	0,75
Iêmen
Zâmbia	1,25	1,63	1,38	1,38	0,50
Zimbábue	1,38	2,63	1,13	1,00	0,75

Obs.: Não há dados suficientes sobre os países marcados com (.) para calcular a pontuação.

Pontuações atualizadas desde 2020

Os países com atualizações nas pontuações dos componentes de 2020 são apresentados abaixo. Dado que a pontuação geral é a média dos quatro componentes, as pontuações gerais desses países também foram atualizadas de acordo. As pontuações são revisadas com base nas informações atualizadas nos dados do RGTE mais recente (2023) e outras fontes de dados.

Tabela 4 do Apêndice Pontuações atualizadas desde 2020

Pontuação de preços atualizada desde 2020

Albânia
Comores
Costa Rica
Gâmbia
Guiana
Japão
Kuwait
Líbano
Líbia
Ilhas Marshall
Micronésia
Namíbia
Nauru
Nepal
Nicarágua
Omã
Paquistão
Palau
Papua-Nova Guiné
Rússia
Samoa
Serra Leoa
Suriname
Tonga
Tuvalu
Emirados Árabes Unidos
Zimbábue

Pontuação de mudança de acessibilidade atualizada desde 2020

Andorra
Argentina
Burquina Fasso
Canadá
Chade
Ilhas Cook
Tchéquia
Finlândia
França
Gâmbia
Índia
Irlanda
Nepal
Panamá
Peru
Moldávia
Serra Leoa
Eslovênia
Somália
Síria
Trinidade e Tobago
Tuvalu
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Uzbequistão
Vanuatu

Tabela 4 do Apêndice**Pontuações atualizadas desde 2020**

Pontuação de impacto dos tributos no preço atualizada desde 2020	Pontuação de mudança na estrutura tributária atualizada desde 2020
Argentina	Austrália
Bahrein	lêmen
Bangladesh	
Finlândia	
Libéria	
Maldivas	
Montenegro	
Nicarágua	
Sudão do Sul	
Ucrânia	
Vanuatu	
Vietnã	
lêmen	

www.tobacconomics.org

[@tobacconomics](https://twitter.com/tobacconomics)